

# Boletim do Trabalho e Emprego

# 35

1.<sup>a</sup> SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Trabalho e Segurança Social

Preço 54\$00

BOL. TRAB. EMP.

1.<sup>a</sup> SÉRIE

LISBOA

VOL. 53

N.º 35

P. 2183-2218

22 · SETEMBRO · 1986

## ÍNDICE

### Regulamentação do trabalho:

#### Portarias de extensão:

	Pág.
— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Agentes Transitários e o Sind. dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca.....	2185
— PE das alterações ao CCT entre a ANTROP — Assoc. Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros e a Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos e outros .....	2185
— PE das alterações ao CCT entre a ANIECA — Assoc. Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel e a FESTRU — Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos e outras .....	2186
— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. da Imprensa não Diária e outros e a Feder. Portuguesa dos Sind. das Ind. de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros e entre aquela associação patronal e outro e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra .....	2187
— PE do CCT para os jornalistas .....	2188
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ASSIMAGRA — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins e a Feder. Nacional dos Sind. da Construção, Madeiras e Mármore e outros....	2189
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Pedreiras de Granito do Norte e a Feder. Nacional dos Sind. da Construção, Madeiras e Mármore .....	2189
— Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros .....	2189
— Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros .....	2190
— Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Carnes e outra e a Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros .....	2190
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ANIMO — Assoc. Nacional dos Industriais de Mosaicos Hidráulicos e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. de Cerâmica, Vidreira, Extractivas, Energia e Química e outra .....	2191
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro e das alterações ao CCT entre aquela assoc. patronal e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros....	2191

**Convenções colectivas de trabalho:**

Pág.

— CCT entre a Assoc. de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e o SINAP — Sind. Nacional dos Professores do Ensino Particular e Cooperativo e outros .....	2192
— CCT entre a Assoc. dos Industriais de Corderia e Redes e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial .....	2213
— CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Carnes e outra e a Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros — Alteração salarial .....	2214

---

**SIGLAS****ABREVIATURAS**

**CCT** — Contrato colectivo de trabalho.  
**ACT** — Acordo colectivo de trabalho.  
**PRT** — Portaria de regulamentação de trabalho.  
**PE** — Portaria de extensão.  
**CT** — Comissão técnica.  
**DA** — Decisão arbitral.  
**AE** — Acordo de empresa.

**Feder.** — Federação.  
**Assoc.** — Associação.  
**Sind.** — Sindicato.  
**Ind.** — Indústria.  
**Dist.** — Distrito.

# REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

## PORTARIAS DE EXTENSÃO

**PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Agentes Transitários e o Sind. dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 21, de 8 de Junho de 1986, foi publicado o CCT celebrado entre a Associação Portuguesa dos Agentes Transitários e o Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca — alteração salarial e outras.

Considerando que a aludida convenção apenas se aplica às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações outorgantes;

Considerando a existência, na área da convenção, de entidades patronais do sector económico abrangido e de trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados nas associações signatárias;

Considerando a necessidade e conveniência de uniformizar as condições de trabalho no sector;

Considerando, ainda, o disposto no Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 21, de 8 de Junho de 1986, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários de Estado dos Transportes e Comunicações e do Emprego e Formação Profissional, o seguinte:

### Artigo 1.º

1 — As disposições constantes do CCT celebrado entre a Associação Portuguesa dos Agentes Transitários

e o Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca — alteração salarial e outras, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 21, de 8 de Junho de 1986, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgantes, exerçam, no território do continente, a actividade económica abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não inscritos no sindicato signatário que se encontrem ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal celebrante.

2 — Não são objecto de extensão as cláusulas da convenção que violem disposições legais imperativas.

### Artigo 2.º

A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produz efeitos desde 1 de Junho de 1986, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais até ao limite de duas.

Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Trabalho e Segurança Social, 2 de Setembro de 1986. — O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, *Gonçalo Manuel Bourbon Sequeira Braga*. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, *Joaquim Maria Fernandes Marques*.

---

**PE das alterações ao CCT entre a ANTROP — Assoc. Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros e a Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos e outros**

O CCT celebrado entre a ANTROP — Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Pesados de Passageiros e a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos e outros foi publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 15, de 22 de Abril de 1986.

Considerando que a aludida convenção somente abrange as relações de trabalho cujos sujeitos estejam representados pelas associações de classe que a subcreveram;

Considerando a existência, na área da convenção, de trabalhadores, das profissões e categorias profissionais

nela previstas, não inscritos nas associações sindicais signatárias, que se encontram ao serviço de entidades patronais do sector económico abrangido;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, mediante a publicação de aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 15, de 22 de Abril de 1986, e não havendo sido deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários de Estado dos Transportes e Comunicações e do Emprego e Formação Profissional, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As disposições constantes do CCT celebrado entre a Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Pesados de Passageiros e a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 15, de 22 de Abril de 1986, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais não inscritas na associação patronal signatária que, no continente, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, filiados nas associações sin-

dicais signatárias, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que, no continente, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados nas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto de extensão as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

#### Artigo 2.º

1 — A presente portaria entre em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 20 de Março de 1986.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em prestações mensais até ao limite de quatro.

Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Trabalho e Segurança Social, 2 de Setembro de 1986. — O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, *Gonçalo Manuel Bourbon Sequeira Braga*. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, *Joaquim Maria Fernandes Marques*.

### PE das alterações ao CCT entre a ANIECA — Assoc. Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel e a FESTRU — Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos e outras

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de 15 de Junho de 1986, veio inserta a CCT celebrada entre a Associação Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel e a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos e outras.

Considerando que ficam apenas abrangidos pela mencionada convenção as entidades patronais e os trabalhadores ao seu serviço inscritos nas correspondentes associações de classe signatárias;

Considerando a existência de entidades patronais e de trabalhadores não inscritos nas associações signatárias e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições laborais do sector;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 1986, ao qual não foi deduzida oposição;

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários

de Estado dos Transportes e Comunicações e do Emprego e Formação Profissional, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As disposições constantes do CCT celebrado entre a Associação Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel e a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos e outros, inserto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de 15 de Junho de 1986, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais não inscritas na associação patronal signatária que, no continente, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao serviço das mesmas, das profissões e categorias profissionais previstas, filiados nas associações sindicais signatárias, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que, no continente, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao serviço das mesmas, das profissões e categorias pro-

fissionais previstas, não filiados nas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto de extensão as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

#### Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Junho de 1986.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em prestações mensais até ao limite de quatro.

Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Trabalho e Segurança Social, 2 de Setembro de 1986. — O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, *Gonçalo Manuel Bourbon Sequeira Braga*. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, *Joaquim Maria Fernandes Marques*.

**PE das alterações ao CCT entre a Assoc. da Imprensa não Diária e outros e a Feder. Portuguesa dos Sind. das Ind. de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros e entre aquela associação patronal e outro e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra.**

Entre a Associação da Imprensa não Diária, Empresa Pública do Jornal Diário Popular, Agência de Imprensa Novosti e a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros, por um lado, e entre a Associação da Imprensa não Diária, Empresa Pública do Diário Popular e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra, por outro, foram acordadas alterações ao CCT em vigor para a imprensa e agências noticiosas, publicadas respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de 15 de Junho de 1986, e n.º 26, de 15 de Julho de 1986.

Considerando que ficam apenas abrangidas pelas alterações referidas as empresas inscritas na associação patronal outorgante e demais entidades patronais que as subscrevem e os trabalhadores ao seu serviço, filiados nas associações sindicais outorgantes;

Considerando a existência de empresas dos sectores de actividade regulado não signatárias das alterações que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais nela previstas, bem como de trabalhadores não inscritos nas associações sindicais outorgantes das profissões e categorias profissionais referidas, que se encontram ao serviço das empresas abrangidas pelas convenções;

Considerando a necessidade de alcançar a uniformização legalmente possível das condições de trabalho nos sectores de actividade abrangidos;

Considerando o Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, relativo à atribuição de competência às regiões

autónomas, para a emissão de portarias de extensão, com âmbito limitado ao respectivo território.

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação de avisos para portaria de extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de 15 de Junho de 1986, e n.º 26, de 15 de Julho de 1986, e devidamente ponderadas as oposições deduzidas:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares e do Emprego e Formação Profissional, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações acordadas entre a Associação da Imprensa não Diária, Empresa Pública do Jornal Diário Popular, Agência de Imprensa Novosti e a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros, por um lado, e entre a Associação da Imprensa não Diária, Empresa Pública do Jornal Diário Popular e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra, por outro, publicadas, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de 15 de Junho de 1986, e n.º 26, de 15 de Julho de 1986, são tornadas exten-

sivas a todas as empresas proprietárias de publicações periódicas diárias e não diárias informativas e agências noticiosas não outorgantes das alterações que exerçam a sua actividade no território do continente e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias nelas previstas, bem como aos trabalhadores não inscritos nas associações sindicais outorgantes das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço de empresas filiadas na Associação da Imprensa não Diária e demais entidades patronais outorgantes das alterações.

2 — Não são objecto de extensão as cláusulas das alterações que violem disposições legais imperativas.

## Artigo 2.º

As tabelas salariais tornadas aplicáveis pela presente portaria produzirão efeitos desde 1 de Maio de 1986, podendo os encargos resultantes da retroactividade ser satisfeitos em prestações mensais até ao limite de três.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Trabalho e Segurança Social, 11 de Setembro de 1986. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares, *Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes*. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, *Joaquim Maria Fernandes Marques*.

## PE do CCT para os jornalistas

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 1986, foi publicado o CCT celebrado entre a Associação da Imprensa não Diária e algumas empresas e o Sindicato dos Jornalistas.

Considerando que o referido CCT se aplica apenas às relações de trabalho estabelecidas entre as entidades patronais signatárias ou representadas pela associação patronal outorgante e os trabalhadores ao seu serviço representados pelo Sindicato dos Jornalistas;

Considerando a conveniência em manter em todo o sector económico da edição de publicações periódicas e no sector de agências noticiosas a uniformização de condições de trabalho alcançada através do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 17, de 8 de Maio de 1982, e mantida pela PRT, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 42, de 15 de Novembro de 1984, e que este ano não foi possível conseguir por via negocial por razões que não compete ao Governo qualificar em sede de intervenção administrativa por via de extensão;

Considerando que a muito excepcional via de regulamentação administrativa autónoma só é possível nos casos em que não seja viável a emissão de portaria de extensão;

Considerando, por outro lado, que a Administração não deve impor regimes de prestação de trabalho que, pela sua especificidade, só devem resultar de consenso alcançado por via de contratação colectiva;

Considerando que o acréscimo de encargos imposto pela emissão da presente portaria de extensão se irá diluindo ao longo do período obrigatório de manutenção desses encargos no âmbito directo de aplicação do CCT (artigos 11.º, n.º 3, e 13.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro);

Considerando que pode ser determinada a extensão apenas de parte do conteúdo das convenções colectivas cujo âmbito se pretende alargar;

Considerando o Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, relativo à atribuição de competência às regiões autónomas para a emissão de portarias de extensão com âmbito limitado ao respectivo território;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Tra-*

*balho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 1986, e devidamente ponderada a oposição deduzida:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares, do Tesouro e do Emprego e Formação Profissional, nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

## Artigo 1.º

1 — As cláusulas 6.ª, 8.ª, 9.ª, 38.ª, 45.ª e 66.ª e as tabelas A e B do segundo quadro do anexo I do CCT celebrado entre a Associação da Imprensa não Diária e algumas empresas e o Sindicato dos Jornalistas, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 1986, são tornadas aplicáveis, no território do continente, às empresas de edição de publicações periódicas (CAE-3420.2.1) não filiadas na Associação da Imprensa não Diária e às filiadas ou não na Associação de Imprensa Diária, bem como às agências noticiosas (CAE-8329.0.0) não outorgantes da referida convenção e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas, e também aos trabalhadores das referidas profissões e categorias não filiados no sindicato signatário ao serviço de empresas já abrangidas pela convenção.

2 — Não é objecto da extensão determinada no número anterior o § único do n.º 4 da cláusula 8.ª da convenção.

## Artigo 2.º

A presente portaria de extensão produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Trabalho e Segurança Social, 15 de Setembro de 1986. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares, *Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes*. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Manuel Carlos Carvalho Fernandes*. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, *Joaquim Maria Fernandes Marques*.

**Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ASSIMAGRA — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins e a Feder. Nacional dos Sind. da Construção, Madeiras e Mármore e outros.**

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual emissão de uma PE do CCT mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 30, de 15 de Agosto de 1986.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, tornará a convenção aplicável.

- a) Às entidades patronais não inscritas na associação patronal outorgante que no território do continente exerçam como actividade única ou predominante a indústria de mármore, granitos e rochas similares ou industriais afins, com exclusão das que nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu exerçam a extracção e transformação de granitos no local de extracção e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
  - b) Às entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias nela previstas não filiados nas associações sindicais outorgantes.
- 

**Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Pedreiras de Granito do Norte e a Feder. Nacional dos Sind. da Construção, Madeiras e Mármore**

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual emissão de uma PE da CCT em epígrafe, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de 15 de Junho de 1986.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma, tornará a convenção aplicável.

- a) Às entidades patronais não inscritas na associação patronal outorgante que nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu exerçam as actividades de extracção e transformação de granitos no local da extracção e que, por essas actividades, não estejam abrangidas por outra convenção colectiva por serem exercidas como actividade acessória de uma outra actividade principal e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias nela previstas;
  - b) Às entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias nela previstas não inscritos nos sindicatos filiados na federação outorgante.
- 

**Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros.**

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual extensão das condições de trabalho constantes da alteração ao CCT entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 26, de 28 de Julho de 1986.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma legal, tornará a convenção extensiva:

- a) A todas as entidades patronais que, não estando filiadas na associação patronal outorgante, exerçam no território nacional a actividade económica por ela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) A todos os trabalhadores não representados pelas associações sindicais outorgantes, das mesmas profissões e categorias profissionais, ao serviço das entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante.

2 — A PE a emitir não será aplicável aos trabalhadores do comércio e de portaria, vigilância e limpeza sem filiação sindical ou representados por associações sindicais não outorgantes do CCT a alargar, ao serviço de entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante.

Nos termos do n.º 6 do referido artigo 29.º podem os interessados no processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos quinze dias seguintes ao da publicação do presente aviso.

---

#### **Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros.**

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual extensão das condições de trabalho constantes da alteração ao CCT entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos e a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1986.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma legal, tornará a convenção extensiva:

- 1.º A todos os trabalhadores de escritório, fogueiros e técnicos comerciais, das categorias profissionais nela previstas, não representados pelas associações sindicais outorgantes, ao serviço de entidades patronais que, filiadas ou não na associação patronal outorgante, exerçam em todo o território nacional a actividade por ela abrangida;
- 2.º A todos os trabalhadores das profissões e categorias profissionais referidos no número anterior representados pelas associações sindicais outorgantes ao serviço de entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante;
- 3.º Aos trabalhadores de comércio e de portaria, vigilância e limpeza, das categorias profissionais previstas na convenção, não representados pelas associações sindicais outorgantes, ao serviço de entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante.

Nos termos do n.º 6 do referido artigo 29.º podem os interessados no processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos quinze dias seguintes ao da publicação do presente aviso.

---

#### **Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Carnes e outra e a Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros**

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação Nacional dos Industriais de Carnes, Associação dos Fabricantes de Produtos Cárneos e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outras associações sindicais, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 35, de 22 de Setembro de 1986, por forma a torná-lo aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas nas associações



patronais outorgantes que na área do referido contrato prossigam a actividade económica regulada e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço, das mesmas profissões e categorias, não representados pelas organizações sindicais subscritores.

Nos termos do n.º 6 do referido artigo 29.º, os interessados neste processo de extensão podem deduzir oposição fundamentada ao presente aviso nos quinze dias subsquentes ao da sua publicação.

---

**Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ANIMO — Assoc. Nacional dos Industriais de Mosaicos Hidráulicos e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. de Cerâmica, Vidreira, Extractivas, Energia e Química e outra.**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1986, foi publicado o aviso para PE do CCT mencionado em título também publicado no mesmo *Boletim*.

Tendo entretanto sido reexaminada a eventual extensão, pareceu conveniente alterar o âmbito anteriormente publicitado.

Nestes termos, torna-se público que a portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, tornará a convenção extensiva:

- a) As empresas de mosaicos hidráulicos não inscritas na associação patronal outorgante da convenção, com excepção das empresas filiadas na ANIPC — Associação Nacional dos Industriais de Produtos de Cimento, que exerçam a sua actividade na área de convenção e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela referidas;
- b) Aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não inscritos nas associações sindicais outorgantes que se encontrem ao serviço de entidades patronais filiadas na associação patronal signatária.

---

**Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro e das alterações ao CCT entre aquela assoc. patronal e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros.**

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual extensão das condições de trabalho das alterações ao CCT entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro, e das alterações ao CCT entre aquela associação patronal e a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros, publicadas, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 29, de 8 de Agosto de 1986, e n.º 31, de 22 de Agosto de 1986.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma legal, tornará a convenção extensiva:

- a) A todas as entidades patronais que, não estando filiadas na associação patronal outorgante, exerçam no território nacional, a actividade económica por ela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) A todos os trabalhadores não filiados nas associações sindicais outorgantes, das mesmas profissões e categorias profissionais, ao serviço das entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante.

Nos termos do n.º 6 do referido artigo 29.º podem os interessados no processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos quinze dias seguintes ao da publicação do presente aviso.

# CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

**CCT entre a Assoc. de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e o SINAP — Sind. Nacional dos Professores do Ensino Particular e Cooperativo e outros**

## CAPÍTULO I

### Âmbito e vigência

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### (Âmbito)

O presente CCT aplica-se em todo o território nacional e obriga, por um lado, os estabelecimentos do ensino particular representados pela Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### (Vigência, denúncia e revisão)

1 — Este CCT entra em vigor a 1 de Outubro de 1986 e manter-se-á em vigor até ser substituído por um novo CCT.

2 — A vigência das cláusulas sem expressão pecuniária é de 24 meses, se período inferior não for estabelecido por lei.

3 — A vigência das tabelas salariais e de todas as cláusulas com expressão pecuniária é de doze meses.

4 — A denúncia legal pode ser feita por qualquer das partes, a vinte ou dez meses sobre a data de entrada em vigor, nos casos dos n.ºs 2 ou 3, sem prejuízo das reservas constantes das partes finais dos mesmos números.

5 — Decorridos os prazos mínimos fixados para a denúncia, esta é possível a qualquer momento, permanecendo aplicáveis todas as disposições desta cláusula, quando haja prorrogação da vigência da convenção.

6 — Por denúncia entende-se o pedido de revisão feito por escrito à parte contrária acompanhado da proposta de alteração.

7 — A parte que recebe, nos termos da lei e desta convenção, a denúncia deve responder por escrito no decurso dos 30 dias imediatos, contados a partir da data da recepção daquela.

8 — A resposta incluirá contraproposta de revisão para todas as propostas que a parte que responda não aceite.

9 — As negociações iniciar-se-ão no prazo de quinze dias a contar do tempo do prazo fixado no n.º 7, podendo o mesmo prazo ser prorrogado por acordo entre as partes.

## CAPÍTULO II

### Direitos, deveres e garantias

#### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### (Deveres das entidades patronais)

São deveres da entidade patronal:

- a) Cumprir, na íntegra, o presente CCT;
- b) Não impedir nem dificultar a missão dos trabalhadores que sejam dirigentes ou delegados sindicais, representantes nas instituições de previdência e membros de comissões de trabalhadores;
- c) Exigir a cada trabalhador apenas o trabalho compatível com a respectiva categoria profissional;
- d) Prestar aos organismos competentes, nomeadamente departamentos oficiais e sindicais, todos os elementos relativos ao cumprimento do presente CCT;
- e) Instalar os seus trabalhadores em boas condições de higiene e segurança;
- f) Dispensar das actividades profissionais os trabalhadores que sejam dirigentes ou delegados sindicais, quando no exercício de funções inerentes a estas qualidades, dentro dos limites previstos na lei;
- g) Facilitar, sem prejuízo do normal funcionamento do estabelecimento, o acesso a cursos de formação, reciclagem e ou aperfeiçoamento que sejam de reconhecido interesse;
- h) Em geral, dar integral cumprimento às disposições legais e convencionais aplicáveis reguladoras das relações de trabalho e às deliberações das comissões legalmente constituídas, respeitando o princípio da aplicação do tratamento mais favorável para o trabalhador, dentro dos limites legalmente estabelecidos;
- i) Passar certificados do tempo de serviço, conforme a legislação em vigor;
- j) Ceder o tempo necessário à realização do exame médico anual, devidamente comprovado, devendo o mesmo ter lugar em período não lectivo.

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### (Deveres dos trabalhadores)

São deveres dos trabalhadores:

- a) Cumprir as obrigações emergentes deste CCT;
- b) Exercer com competência, zelo e dedicação as funções que lhe sejam confiadas;
- c) Aceitar, até ao fim do ano escolar e sempre sem agravamento do horário normal de trabalho, os serviços de aulas ou exames que tenham deixado de ser assegurados por elementos do corpo docente impedidos deste facto em serviço oficial ou sindical, mesmo referentes a turmas que não hajam leccionado;

- d) Acompanhar com interesse a aprendizagem dos que ingressam na profissão, designadamente no caso dos trabalhadores com actividades docentes, bem como a assistência às aulas e salas de estudo dadas por aqueles, sem agravamento do período normal de trabalho;
- e) Assistir, até ao fim do ano escolar, a cursos de formação, reciclagem e aperfeiçoamento, quer de iniciativa oficial, quer privada, neste último caso sem agravamento do horário, salvo se o seu interesse pedagógico for reconhecido pelo ministério da tutela;
- f) Aceitar a nomeação para serviço de exames segundo a legislação aplicável;
- g) Acompanhar dentro do seu horário, a título de assistência pedagógica, os seus alunos em exames;
- h) Assistir a quaisquer reuniões marcadas pela direcção do estabelecimento, desde que a marcação obedeça, cumulativamente, às seguintes condições:

Respeitar o horário do professor em outros estabelecimentos de ensino nos quais preste serviço;

Não colidir com obrigações inadiáveis, quer legitimamente assumidas pelos trabalhadores enquanto professores, quer resultantes da participação em organismos sindicais e instituições de previdência ou que consistam no cumprimento de deveres cívicos;

Não marcar as reuniões para antes do início das actividades diárias do estabelecimento de ensino;

- i) Prestar informações, oralmente ou por escrito, sobre alunos, segundo o que for definido em conselho escolar;
- j) Prestar informações, oralmente ou por escrito, acerca dos cursos de reciclagem ou de formação referidos na alínea g) da cláusula 3.<sup>a</sup>, até 30 dias após o termo do respectivo curso;
- l) Participar por escrito, em cada ano lectivo, à entidade patronal respectiva a pretensão de leccionar, particularmente alunos que estejam ou hajam estado, nesse mesmo ano, matriculados no estabelecimento e abster-se de leccionar particularmente os seus próprios alunos;
- m) Abster-se de aconselhar ou, por qualquer forma, dar parecer aos alunos do estabelecimento relativamente à hipótese de uma eventual transferência dos mesmos alunos, desde que tal hipótese não haja sido considerada em reunião do conselho de turma ou do conselho escolar;
- n) Proceder a um exame médico anual, utilizando para isso o tempo obrigatório cedido pela entidade patronal e apresentar a respectiva prova de acordo com a alínea j) da cláusula 3.<sup>a</sup>

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### (Garantias dos trabalhadores)

É vedado à entidade patronal:

- a) Opor-se, por qualquer forma, a que o trabalhador exerça os seus direitos ou aplicar-lhe sanções por causa desse exercício;

- b) Exercer pressão sobre o trabalhador para que actue no sentido de influir desfavoravelmente nas condições de trabalho, dele ou dos colegas;
- c) Transferir o trabalhador para outro local de trabalho, salvo quando a transferência não cause ao trabalhador prejuízo sério ou se resultar da mudança, total ou parcial, do estabelecimento, devendo, nestes casos, a entidade patronal custear sempre as despesas feitas pelo trabalhador que sejam directamente impostas pela transferência;
- d) Obrigar o trabalhador a adquirir bens ou utilizar serviços fornecidos pela entidade patronal ou pessoas por ela indicadas;
- e) Impedir a eficaz actuação dos delegados sindicais que seja exercida dentro dos limites estabelecidos neste contrato e na legislação geral competente, designadamente o direito de afixar no interior do estabelecimento e em local apropriado para o efeito, reservado pela entidade patronal, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativos à vida sindical e aos interesses sócio-profissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição;
- f) Explorar com fins lucrativos quaisquer cantinas, refeitórios, economatos ou estabelecimentos para fornecimento de bens ou prestação de serviços aos seus trabalhadores;
- g) Impedir a presença no estabelecimento dos trabalhadores investidos de funções sindicais em reuniões de cuja realização haja sido previamente avisada, nos termos da lei sindical;
- h) Baixar a categoria profissional aos seus trabalhadores;
- i) Forçar qualquer trabalhador a cometer actos contrários à sua deontologia profissional;
- j) Faltar ao pagamento pontual das remunerações, na forma devida;
- l) Lesar os interesses patrimoniais do trabalhador;
- m) Ofender a honra e dignidade do trabalhador;
- n) Advertir, admoestar ou censurar em público qualquer trabalhador, em especial perante alunos e respectivos familiares;
- o) Interferir em quaisquer aspectos de actividade pedagógica, sem prejuízo da orientação e verificação que competem à direcção pedagógica respectiva;
- p) Impor a obrigação de leccionar em instalações que tenham sido reprovadas pelo ministério da tutela;
- q) Despedir e readmitir um trabalhador, mesmo com o seu acordo, havendo o propósito de o prejudicar em direitos ou garantias já adquiridos;
- r) Prejudicar o trabalhador em direitos ou regalias já adquiridos, no caso de o trabalhador transitar entre estabelecimentos de ensino que à data da transferência pertençam, ainda que apenas em parte, à mesma entidade patronal, singular ou colectiva.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### (Seguros)

Para além da normal cobertura feita pelo seguro obrigatório de acidentes de trabalho, deverão os tra-

balhadores, quando em serviço externo, beneficiar de seguro daquela natureza, com inclusão desta modalidade específica na apólice respectiva.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### (Direito à actividade sindical no estabelecimento)

1 — Os trabalhadores e os sindicatos têm o direito a desenvolver actividade sindical no estabelecimento, nomeadamente através de delegados sindicais e comissões intersindicais e comissões sindicais do estabelecimento.

2 — À entidade patronal é vedada qualquer interferência na actividade sindical dos trabalhadores ao seu serviço, desde que esta se desenvolva nos termos da lei.

3 — Entende-se por comissão sindical do estabelecimento a organização dos delegados sindicais desse estabelecimento e do mesmo sindicato.

4 — Entende-se por comissão intersindical do estabelecimento a organização dos delegados sindicais de diversos sindicatos no estabelecimento.

5 — Os delegados sindicais têm o direito de afixar no interior do estabelecimento e em local apropriado, para o efeito reservado pela entidade patronal, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativos à vida sindical e aos interesses sócio-profissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição, mas sem prejuízo, em qualquer dos casos, do normal funcionamento do estabelecimento.

6 — Os dirigentes sindicais ou seus representantes, devidamente credenciados, podem ter acesso às instalações do estabelecimento, desde que seja dado conhecimento prévio à entidade patronal, ou seu representante, do dia, hora e assunto a tratar.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### (Número de delegados sindicais)

1 — O número máximo de delegados sindicais a quem são atribuídos os direitos referidos na cláusula 11.<sup>a</sup> é o seguinte:

- a) Estabelecimentos com menos de 50 trabalhadores sindicalizados — 1;
- b) Estabelecimentos com 50 a 99 trabalhadores sindicalizados — 2;
- c) Estabelecimentos com 100 a 199 trabalhadores sindicalizados — 3;
- d) Estabelecimentos com 200 a 499 trabalhadores sindicalizados — 6.

2 — Nos estabelecimentos a que se refere a alínea a) do número anterior, seja qual for o número de trabalhadores sindicalizados ao serviço, haverá sempre um delegado sindical com direito ao crédito de horas previstas na cláusula 11.<sup>a</sup>

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### (Direito de reunião nas instalações do estabelecimento)

1 — Os trabalhadores podem reunir-se nos respectivos locais de trabalho, fora do horário normal, mediante convocação de um terço ou 50 trabalhadores do respectivo estabelecimento ou do delegado da comissão sindical ou intersindical.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os trabalhadores têm direito a reunir-se, durante o horário de trabalho, até ao limite de 15 horas em cada ano, desde que assegurem os serviços de natureza urgente.

3 — Os promotores das reuniões referidas nos números anteriores são obrigados a comunicar à entidade patronal respectiva ou a quem a represente, com a antecedência mínima de um dia, a data e hora em que pretendem que elas se efectuem, devendo afixar no local reservado para esse efeito a respectiva convocatória.

4 — Os dirigentes das organizações sindicais representativas dos trabalhadores do estabelecimento podem participar nas reuniões, mediante comunicação dirigida à entidade patronal ou seu representante com a antecedência mínima de seis horas.

5 — As entidades patronais cederão as instalações convenientes para as reuniões previstas nesta cláusula.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### (Cedência de instalações)

1 — Nos estabelecimentos com 100 ou mais trabalhadores, a entidade patronal é obrigada a pôr à disposição dos delegados sindicais, desde que estes o requeiram, a título permanente, um local situado no interior do estabelecimento ou na sua proximidade e que seja apropriado ao exercício das suas funções.

2 — Nos estabelecimentos com menos de 100 trabalhadores, a entidade patronal é obrigada a pôr à disposição dos delegados sindicais, sempre que estes o requeiram, um local apropriado para o exercício das suas funções.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

##### (Tempo para o exercício das funções sindicais)

1 — Cada delegado sindical dispõe, para o exercício das suas funções, de um crédito de horas que não pode ser inferior a cinco por mês.

2 — O crédito de horas estabelecido no número anterior respeita ao período normal de trabalho e conta, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

3 — Os delegados, sempre que pretendam exercer o direito previsto nesta cláusula, deverão comunicá-lo à entidade patronal ou aos seus representantes, com a antecedência, sempre que possível, de quatro horas.

4 — O dirigente sindical dispõe para o exercício das suas funções de um crédito não inferior a quatro dias por mês, que contam, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

##### (Greve)

Os direitos e obrigações respeitantes à greve serão aqueles que em cada momento se encontrem consignados na lei.

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### (Transmissão e extinção do estabelecimento)

1 — Em caso de transmissão de exploração, os contratos continuem com a entidade patronal adquirente.

2 — Se, porém, os trabalhadores não preferirem que os seus contratos continuem com a entidade patronal adquirente, poderão os mesmos manter-se com a entidade transmitente, se esta continuar a exercer a sua actividade noutra exploração ou estabelecimento, desde que haja vagas.

3 — A entidade adquirente será solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações vencidas emergentes dos contratos de trabalho, ainda que se trate de trabalhadores cujos contratos hajam cessado, desde que os respectivos direitos sejam reclamados pelos interessados até ao momento da transmissão.

4 — Para os efeitos do disposto no número anterior, deverá o adquirente, durante os 30 dias anteriores à transmissão, manter afixado um aviso nos locais de trabalho e levar ao conhecimento dos trabalhadores ausentes, por meio de carta registada com aviso de recepção a endereçar para os domicílios conhecidos no estabelecimento, que devem reclamar os seus créditos.

5 — No caso de o estabelecimento cessar a sua actividade, a entidade patronal pagará aos trabalhadores as indemnizações previstas na lei, salvo em relação àqueles que, com o seu acordo, a entidade patronal transferir para outra firma ou estabelecimento, aos quais deverão ser garantidos, por escrito, pela empresa cessante e pela nova, todos os direitos decorrentes da sua antiguidade naquela cuja actividade haja cessado.

6 — O disposto nos números anteriores não é aplicável aos casos em que a entidade adquirente seja o ministério da tutela, os quais são regidos por legislação específica.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### (Mapas de pessoal)

1 — As entidades patronais são obrigadas a elaborar e a remeter os mapas do seu pessoal nos termos da lei.

2 — As entidades patronais afixarão, em lugar bem visível do local de trabalho, cópia integral dos mapas referidos, assinada e autenticada, nos mesmos termos do original.

### CAPÍTULO III

#### Admissão e carreiras profissionais

#### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### (Condições de admissão)

1 — As condições gerais de admissão são as seguintes:

- a) Para o preenchimento de vagas ou de novos postos de trabalho a entidade patronal só poderá recorrer à admissão de elementos estranhos ao estabelecimento quando se reconheça que entre os trabalhadores ao serviço deste não exista quem possua as qualificações requeridas para o preenchimento do lugar;
- b) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, sempre que uma entidade patronal pretenda admitir trabalhadores, deverá consultar o registo de desempregados do Serviço Nacional de Emprego, apenas devendo admitir trabalhadores dele não constantes desde que o justifique e o Serviço Nacional de Emprego reconheça que nenhum dos inscritos tem aptidões para o serviço a desempenhar;
- c) Na admissão para profissões que possam ser desempenhadas por diminuídos físicos, procurarão as entidades patronais dar-lhes preferência, desde que possuam as habilitações mínimas exigidas e estejam em igualdade de condições.

2 — As condições específicas de admissão são as seguintes:

- a) Empregados de escritório: curso geral do comércio, curso geral dos liceus ou equivalente e 16 anos de idade;
- b) Paquetes, contínuos, porteiros e guardas, empregados de limpeza e vigilantes — as habilitações mínimas legais e as idades seguintes:
  - 1) Pacote — 14 anos de idade;
  - 2) Contínuo, empregado de limpeza e vigilante — 18 anos de idade;
  - 3) Porteiro e guarda — 21 anos de idade;
- c) Telefonistas — habilitações mínimas legais e 18 anos de idade;
- d) Empregados de hotelaria — habilitações mínimas legais e 16 anos de idade.

3 — As habilitações referidas no número anterior não serão obrigatórias para os trabalhadores que à data da entrada em vigor da presente convenção já exerçam a profissão.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### (Profissões, categorias profissionais e promoções)

1 — Os trabalhadores abrangidos pela presente convenção serão obrigatoriamente classificados, segundo as funções efectivamente desempenhadas, nas profissões e categorias profissionais constantes do anexo I.

2 — Quando algum trabalhador exercer, com carácter de regularidade, funções inerentes a diversas categorias profissionais, ser-lhe-á devida a retribuição fixada para a categoria mais elevada.

3 — A pedido das associações sindicais ou patronais, dos trabalhadores ou entidades patronais interessadas, ou ainda oficiosamente, poderá a comissão constituída nos termos da cláusula 61.<sup>a</sup> criar novas profissões ou categorias profissionais, as quais farão parte integrante da presente convenção, após publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

4 — A deliberação da comissão que criar nova profissão ou categoria profissional deverá obrigatoriamente determinar o respectivo nível na tabela de remunerações mínimas.

5 — Sempre que as entidades patronais, salvo o disposto no anexo II desta convenção quanto a promoções automáticas, tenham necessidade de promover trabalhadores, deverão ter em consideração as seguintes preferências:

Maior competência profissional, melhores habilitações técnico-profissionais, melhores habilitações académicas e maior antiguidade.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### (Período experimental)

1 — A admissão dos trabalhadores considera-se feita a título experimental por um período não superior a quinze dias, salvo para os trabalhadores com actividades docentes, para os quais, mediante acordo escrito, poderá ser elevado a seis meses.

2 — Decorrido o período experimental, a admissão considerar-se-á definitiva, contando a antiguidade dos trabalhadores desde o início do período experimental.

3 — Durante o período experimental qualquer das partes pode pôr termo ao contrato, sem necessidade de aviso prévio nem alegação de justa causa, não havendo lugar a nenhuma compensação nem indemnização.

4 — Não se aplica o disposto nos n.ºs 1 e 3 anteriores, entendendo-se que a admissão é desde o início definitiva quando o trabalhador seja admitido por iniciativa da entidade patronal, tendo, para isso, rescindido o contrato de trabalho anterior.

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### (Profissionalização em exercício)

1 — Tendo em conta a observância das disposições legais em vigor e a capacidade dos estabelecimentos de ensino dentro das vagas abertas a concurso, não poderá ser impedido o acesso dos professores à profissionalização.

2 — Por seu lado, os professores obrigam-se a exercer o seu direito à profissionalização quando o mesmo lhe seja facultado nos termos das disposições legais em vigor, salvo motivo impeditivo devidamente comprovado.

3 — As reuniões do conselho pedagógico, conselho de professores ou de outros órgãos relativos à profissionalização em exercício estão abrangidas pelas excepções previstas na alínea f) do n.º 1 da cláusula 20.<sup>a</sup>

#### Cláusula 19.<sup>a</sup>

##### (Carreiras profissionais dos docentes)

1 — A carreira profissional dos trabalhadores docentes baseia-se num sistema de escalões e níveis de vencimento, aos quais os professores terão acesso de acordo com as suas habilitações académicas e profissionais e com o tempo e classificação de serviço.

2 — Conscientes das dificuldades que se levantam relativamente à regulamentação de uma carreira profissional, nomeadamente no que diz respeito aos trabalhadores docentes, acordam as partes outorgantes da presente convenção em manter por agora os conceitos de bom e efectivo serviço, recorrendo, para essa classificação, apenas a critérios objectivos e com consagração legal. Isto sem prejuízo de, em futuras negociações, se estabelecerem então critérios mais rigorosos para a classificação do serviço dos trabalhadores do ensino particular.

3 — Enquanto não forem definidos outros critérios para a classificação do serviço, ter-se-á como bom e efectivo o serviço prestado no cumprimento dos deveres profissionais.

4 — Só terão acesso à carreira docente, designadamente à progressão nos vários níveis de remuneração, os professores que exerçam a função docente no ensino particular e cooperativo, ainda que em mais de um estabelecimento, em regime de dedicação exclusiva ou predominante, isto sem prejuízo dos direitos aos valores de remuneração base correspondentes às respectivas habilitações académicas dos professores a prestarem serviço em regime de acumulação.

5 — Para efeito de posicionamento e progressão dos professores nos vários escalões de vencimento, conta-se como tempo de serviço não apenas o tempo de serviço prestado num mesmo estabelecimento de ensino ou em estabelecimentos de ensino pertencentes à mesma entidade patronal, mas também o serviço prestado noutros estabelecimentos de ensino particular ou público, desde que devidamente comprovado e classificado e que a tal não se oponham quaisquer disposições legais.

#### CAPÍTULO IV

##### Prestação de trabalho

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### (Período normal de trabalho para os trabalhadores com funções docentes)

1 — Para os trabalhadores com funções docentes o período normal de trabalho semanal é o seguinte:

- a) No ensino infantil — 25 horas de trabalho lectivo, mais 2 horas de coordenação, mais 3 horas de preparação de actividades na escola;
- b) No ensino primário — 25 horas de trabalho lectivo, mais 3 horas de coordenação;
- c) Nos ensinos preparatório e secundário — 22 a 25 horas e mais 2 horas mensais;
- d) No ensino especial — 22 horas, mais 3, sendo estas exclusivamente destinadas à preparação de aulas;

- e) No ensino de línguas em cursos extracurriculares — 21 horas de presença, para um máximo de 22 horas de aulas, sendo o valor da retribuição/hora encontrado segundo a fórmula seguinte:

$$\frac{14 \times \text{retribuição mensal}}{52 \times \text{horário semanal}}$$

- f) O tempo de serviço prestado, desde que implique permanência obrigatória nos colégios para além dos limites previstos nas alíneas anteriores, com excepção das reuniões de avaliação, de serviço de exames e de uma reunião trimestral com os encarregados de educação, será pago nos termos da cláusula 46.<sup>a</sup>

2 — Os trabalhadores do CPES/ES não poderão ter um horário lectivo superior a 33 horas, ainda que leccionem em mais de um estabelecimento de ensino.

3 — As horas destinadas à coordenação ou à preparação de aulas não poderão, em caso algum, ser substituídas por outros serviços que não os indicados.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### (Período normal de trabalho dos restantes trabalhadores)

1 — Para os trabalhadores não abrangidos pela cláusula anterior é o seguinte o período normal de trabalho semanal:

- a) Trabalhadores de escritório, contínuos, paquetes, telefonistas e enfermeiros — 40 horas;
- b) Psicólogos — 36 horas, sendo 24 de atendimento;
- c) Técnicos de serviço social — 36 horas;
- d) Restantes trabalhadores — 42 horas.

2 — As horas constantes no número anterior serão distribuídas por cinco dias ou cinco dias e meio, conforme os estabelecimentos tenham ou não actividade ao sábado, com excepção dos jardineiros e guardas, sem prejuízo dos horários mais favoráveis.

3 — O período de trabalho diário dos empregados de escritório não poderá iniciar-se antes das 8 horas e 30 minutos nem terminar depois das 24 horas.

4 — Os motoristas e vigilantes adstritos ao serviço de transportes de alunos reger-se-ão pelos horários acordados entre os trabalhadores e a entidade patronal, depois de aprovado pela Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Ministério do Trabalho.

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### (Quotização sindical)

1 — Mediante declaração escrita do interessado, as entidades empregadoras efectuarão o desconto mensal das quotizações sindicais nos salários dos trabalhadores e remetê-las-ão às associações sindicais respectivas até ao dia 10 de cada mês.

2 — Da declaração a que se refere o número anterior constará o valor das quotas e o sindicato em que o trabalhador se encontra inscrito.

3 — O montante das quotizações será acompanhado dos mapas sindicais utilizados para este efeito, devidamente preenchidos, onde consta o nome do estabelecimento de ensino, mês e ano a que se referem as quotas, nome dos trabalhadores, por ordem alfabética, número de sócio do sindicato, vencimento mensal e valor da respectiva quota, assim como a sua situação de baixa médica ou de cessação do contrato, se for caso disso.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup>

##### (Regras quanto à elaboração dos horários dos docentes)

1 — Aos docentes será assegurado em cada ano lectivo um período de trabalho semanal igual àquele que hajam praticado no ano lectivo imediatamente anterior.

2 — A garantia assegurada no número anterior poderá ser reduzida quanto aos professores com número de horas de trabalho semanal superior aos mínimos dos períodos normais definidos na cláusula 20.<sup>a</sup>, mas o período de trabalho semanal assegurado não poderá ser inferior a este limite.

3 — Quando não for possível assegurar a um docente o período de trabalho semanal que teve no ano anterior, em consequência da alteração de currículo ou diminuição do tempo de docência de uma disciplina, determinadas pelo Ministério da tutela, ser-lhe-á assegurado, se nisso manifestar interesse, o mesmo número de horas de trabalho semanal que no ano transacto, sendo as horas excedentes da sua actividade normal aplicadas em actividades paraescolares a determinar pela direcção do estabelecimento.

4 — Uma vez atribuído, o horário considera-se em vigor dentro das horas por ele ocupadas até à conclusão do ano escolar e só por acordo entre o professor e a direcção do estabelecimento, ou por determinação do Ministério da tutela, poderão ser feitas alterações que se repercutam nas horas de serviço do professor.

5 — No caso de alterações que se repercutam nas horas de serviço, se daí resultar diminuição do número de horas de docência, o professor deverá completar as suas horas de serviço mediante desempenho de actividades paraescolares a determinar pela direcção do estabelecimento, salvo se outra coisa resultar de acordo expresso entre as partes.

6 — A organização do horário dos professores será a que resultar da elaboração do horário das aulas, tendo-se em conta as exigências do ensino, as disposições legais aplicáveis e a consulta aos professores, nos casos de horário incompleto.

7 — Por cada período de aulas de manhã, de tarde ou à noite o professor não poderá ter, dentro de cada estabelecimento, intervalo sem aulas que exceda uma hora, até ao máximo de duas horas semanais.

8 — Qualquer hora de intervalo para além dos limites fixados no número anterior será paga como hora de lição e contará no horário semanal, mas obrigará o docente a exercer durante esse período tarefas inerentes às suas funções, nomeadamente substituição dos docentes que tenham faltado.

9 — Se por motivo de serviço oficial de natureza pedagógica, devidamente comprovada, e decorrente de obrigações contraídas previamente à aceitação do respectivo horário lectivo ou que lhes sejam impostos independentemente da sua iniciativa o professor estiver impossibilitado de dar cumprimento ao mesmo horário, poderá exigir a sua redução de harmonia com as necessidades daquele serviço.

10 — A entidade patronal não poderá impor ao professor nenhum horário que ocupe três períodos de aulas: manhã, tarde e noite.

11 — Os professores que estejam submetidos pelo horário de ocupação não completa têm prioridade sobre os outros no aumento do horário desde que possuam os requisitos legais exigidos.

#### Cláusula 24.<sup>a</sup>

##### (Intervalo de descanso)

1 — O período normal de trabalho será interrompido por um intervalo para refeição ou descanso, não inferior a uma hora nem superior a duas horas, não podendo os trabalhadores prestar mais de cinco horas seguidas de trabalho.

2 — Exceptuam-se os horários mais favoráveis já praticados.

#### Cláusula 25.<sup>a</sup>

##### (Trabalho extraordinário)

1 — É abolido, em princípio, o trabalho extraordinário.

2 — Só em casos inteiramente imprescindíveis e justificáveis, nomeadamente os de avaliação de alunos, poderá recorrer-se a trabalho extraordinário.

3 — O trabalhador deve ser dispensado de prestar trabalho extraordinário quando, havendo motivos atendíveis, expressamente o solicite.

4 — Quando o trabalhador prestar horas extraordinárias não poderá entrar novamente ao serviço sem que antes tenham decorrido, pelo menos, onze horas sobre o termo da prestação de trabalho.

5 — A entidade patronal fica obrigada a assegurar ou a pagar o transporte sempre que o trabalhador preste trabalho extraordinário e desde que não existam os transportes colectivos habituais.

6 — Sempre que a prestação do trabalho extraordinário obrigue o trabalhador a ter de tomar qualquer refeição fora da sua residência, a entidade patronal deve assegurar o seu fornecimento ou respectivo custo.

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### (Trabalho nocturno)

1 — Considera-se trabalho nocturno o prestado no período que decorre entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia imediato.

2 — Considera-se também trabalho nocturno o prestado depois das 7 horas desde que em prolongamento de um período de trabalho nocturno.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

##### (Trabalho em dias de descanso semanal ou feriados)

1 — O trabalho prestado em dias de descanso semanal ou feriados dá direito ao trabalhador a um dia de descanso completo num dos três dias úteis seguintes à sua escolha.

2 — O trabalho prestado em cada dia de descanso semanal ou feriado não poderá exceder o período de trabalho normal.

#### Cláusula 28.<sup>a</sup>

##### (Contratos a prazo)

1 — A celebração de contratos a prazo entre entidades patronais e os trabalhadores sujeitos ao presente contrato será considerada nula e de nenhum efeito por iludir as disposições dos contratos a prazo, nos seguintes casos:

- a) Se forem celebrados com trabalhadores que anteriormente estivessem vinculados à mesma entidade patronal através de contratos por tempo indeterminado;
- b) Se houver denúncia sem fundamento do contrato a prazo para admitir outro trabalhador nas mesmas tarefas, ou se não for dada preferência ao trabalhador em causa em nova admissão, no prazo de seis meses.

2 — Os direitos e deveres dos trabalhadores com contrato a prazo são iguais aos dos trabalhadores permanentes, salvas as especialidades inerentes ao contrato.

3 — É proibida a contratação de trabalhadores em regime eventual ou a prazo incerto.

4 — O contrato de trabalho a prazo certo tem de ser sempre reduzido a escrito e dele constar, além dos elementos de identificação, categoria ou classe, vencimento, local de trabalho e início e termo do contrato.

5 — Nos termos do prazo estipulado o contrato passará a contrato sem prazo, salvo se até oito dias antes do termo deste prazo a entidade patronal comunicar, por escrito, ao trabalhador, de maneira inequívoca, a sua vontade de não renovar o contrato.

6 — Aos trabalhadores que prestam serviço na empresa com contratos a prazo será dada preferência nas admissões para o quadro permanente.

7 — Aquando da cessação do contrato de trabalho o trabalhador tem direito, pelo menos, às partes proporcionais de férias, de subsídio de férias e de subsídio de Natal, na proporcionalidade do tempo de duração do contrato.

8 — A inobservância da forma escrita e a falta de indicação de prazo certo transformam o contrato em contrato sem prazo.



#### Cláusula 29.<sup>a</sup>

##### (Substituição de trabalhadores)

1 — A entidade patronal poderá estabelecer contratos sob condição e a título precário, desde que para substituição de um trabalhador ausente.

2 — Estes contratos deverão ser preferentemente celebrados com os trabalhadores do respectivo estabelecimento com a mesma categoria profissional do substituído e que pratiquem um horário incompleto ou desempenhem outras funções a título eventual, salvo incompatibilidade de horário ou recusa do trabalhador.

3 — Se o substituído for professor, além do requisito da categoria profissional exigir-se-ão também ao substituto as habilitações legais requeridas.

#### Cláusula 30.<sup>a</sup>

##### (Efeitos da substituição)

1 — No caso de o trabalhador contratado nos termos da cláusula anterior continuar ao serviço para além do termo do contrato ou se efectivamente se verificar uma vaga no lugar que ocupava, deverá a admissão considerar-se definitiva, para todos os efeitos, a contar da data da celebração do contrato.

2 — Sempre que um trabalhador substitua outro de categoria superior à sua para além de quinze dias, salvo em caso de férias de duração superior a este período, terá direito à retribuição que à categoria mais elevada corresponder.

3 — Se a substituição a que alude o número anterior se prolongar por 90 dias consecutivos ou 120 interpolados, o direito à retribuição mais elevada não cessa com o regresso do trabalhador substituído.

4 — O trabalhador substituto terá preferência durante um ano na admissão a efectuar na profissão e na categoria.

5 — O disposto nos números anteriores não prejudica as disposições deste contrato relativas ao período experimental.

### CAPÍTULO V

#### Suspensão da prestação de trabalho

#### Cláusula 31.<sup>a</sup>

##### (Descanso semanal)

1 — A interrupção do trabalho semanal corresponderá, em princípio, a dois dias, dos quais um será o domingo e o outro, sempre que possível, o sábado, tendo em conta o disposto nas cláusulas 20.<sup>a</sup>, 21.<sup>a</sup> e 23.<sup>a</sup>

2 — Nos colégios que possuam regime de internato ou semi-internato, os trabalhadores de cozinha, refeitório e copa e os empregados de limpeza necessários para assegurar o funcionamento mínimo dos estabelecimentos no sábado e no domingo terão um destes

dias, obrigatoriamente, como de descanso semanal, podendo o dia de descanso complementar a que têm direito ser fixado de comum acordo entre o trabalhador e a entidade patronal, com a possibilidade de este dia corresponder a dois meios dias diferentes.

3 — Para os trabalhadores referidos no número anterior que pertençam ao mesmo sector, os sábados ou os domingos como dias de descanso obrigatório deverão ser rotativos e estabelecidos através de uma escala de serviço.

#### Cláusula 32.<sup>a</sup>

##### (Férias — Princípios gerais)

1 — Os trabalhadores abrangidos pela presente convenção têm direito a gozar 30 dias de férias remuneradas em virtude do trabalho prestado no ano civil anterior.

2 — Aos trabalhadores pertencentes ao mesmo agregado familiar é reconhecido o direito de gozarem as férias simultaneamente.

3 — Os períodos de férias não gozados por motivo de cessação de contrato de trabalho contam sempre para efeitos de antiguidade.

4 — O direito a férias adquire-se com a celebração do contrato de trabalho e vence-se no dia 1 de Janeiro de cada ano civil.

5 — Quando a admissão ocorrer no 1.º semestre do ano civil o trabalhador terá direito a quinze dias de férias remuneradas nesse ano.

6 — As férias deverão ser gozadas em dias sucessivos ou em dois períodos interpolados, quando tal seja possível, conforme a vontade do trabalhador.

7 — É vedado à entidade patronal interromper as férias do trabalhador contra a sua vontade depois que este as tenha iniciado, excepto quando exigências imperiosas do estabelecimento o determinar, caso em que o trabalhador terá direito a ser indemnizado pela entidade patronal dos prejuízos que comprovadamente haja sofrido na pressuposição de que gozaria integralmente as férias na época fixada.

8 — Em caso de interrupção de férias, a entidade patronal pagará ainda ao trabalhador os dias de trabalho prestado com o acréscimo de 100%.

9 — A interrupção das férias não poderá prejudicar o gozo seguido de metade do respectivo período.

#### Cláusula 33.<sup>a</sup>

##### (Férias — Trabalhadores com funções docentes)

1 — O gozo efectivo das férias dos trabalhadores com funções docentes deverá ser fixado no período compreendido entre a conclusão do processo de avaliação final dos alunos e o início do novo ano escolar.

2 — O tempo compreendido no período referido no número anterior que exceda o tempo de férias, tal

como os períodos de interrupção de aulas oficialmente fixados por ocasião do Natal, Carnaval e Páscoa, apenas poderá ser dedicado a:

- a) Actividades de reciclagem, formação e aperfeiçoamento profissional;
- b) Trabalho de análise e apreciação crítica dos resultados e de planeamento pedagógico;
- c) Prestação de serviço de avaliação final e de exames, nos termos previstos na lei;
- d) Outras actividades educacionais similares às enunciadas nas alíneas anteriores de reconhecido interesse pedagógico.

3 — Não se aplica o disposto nos números anteriores aos trabalhadores com funções docentes nos ensinos infantil e especial e de cursos com planos próprios não curriculares, seguindo o regime de férias fixado para os trabalhadores sem funções docentes.

4 — Na medida em que se verifique uma redução significativa no número de alunos, adoptar-se-á, nos períodos de Natal e Páscoa, nos ensinos infantil e especial, em relação aos docentes destes sectores, um regime de rotatividade, de modo a conceder-lhes uma semana de interrupção nesses períodos.

5 — Os alunos de graus de ensino diferentes dos mencionados no n.º 3 não poderão ficar a cargo dos trabalhadores aí referidos durante os períodos a que se reporta o n.º 2 desta cláusula.

#### Cláusula 34.<sup>a</sup>

##### (Férias — Restantes trabalhadores)

1 — A época de férias dos trabalhadores não abrangidos pela cláusula anterior deverá ser estabelecida de comum acordo entre a entidade patronal e o trabalhador.

2 — Na falta de acordo previsto no número anterior, compete à entidade patronal fixar a época de férias entre 1 de Maio e 31 de Outubro, devendo, contudo, dar conhecimento ao trabalhador com uma antecedência nunca inferior a 30 dias e ouvir para tal a comissão de trabalhadores, a comissão sindical e a comissão de todos os sindicatos ou os delegados sindicais do sindicato que o representam, pela ordem indicada.

#### Cláusula 35.<sup>a</sup>

##### (Férias e impedimentos prolongados)

1 — No ano da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado respeitante ao trabalhador, se se verificar a impossibilidade total ou parcial do gozo do direito a férias já vencido, o trabalhador terá direito à retribuição correspondente ao período de férias não gozado e respectivo subsídio.

2 — No ano de cessação do impedimento prolongado o trabalhador terá direito ao período de férias e respectivo subsídio que teria vencido em 1 de Janeiro desse ano se estivesse estado ininterruptamente ao serviço.

3 — Os dias de férias que excedam o número de dias contados entre o aumento da apresentação do traba-

lhador após a cessação do impedimento e o termo do ano civil em que esta se verifique serão gozados no 1.º trimestre do ano imediato.

4 — O chamamento à prestação do serviço militar obrigatório é entendido sempre como impedimento prolongado.

#### Cláusula 36.<sup>a</sup>

##### (Feriados)

1 — São feriados obrigatórios os seguintes dias:

1 de Janeiro;  
Sexta-Feira Santa;  
25 de Abril;  
1 de Maio;  
Corpo de Deus;  
10 de Junho;  
15 de Agosto;  
5 de Outubro;  
1 de Novembro;  
1 de Dezembro;  
8 de Dezembro;  
25 de Dezembro.

2 — O feriado de Sexta-Feira Santa poderá ser observado em outro dia com significado local no período da Páscoa.

3 — Além destes feriados, serão ainda observados a terça-feira de Carnaval e o feriado municipal da localidade ou, quando este não existir, o feriado municipal do distrito em que se situe o estabelecimento.

4 — Em substituição dos feriados referidos no número anterior poderá ser observado a título de feriado outro dia em que acordam entidade patronal e trabalhadores.

#### Cláusula 37.<sup>a</sup>

##### (Licença sem retribuição)

1 — A entidade patronal pode conceder ao trabalhador, a pedido deste, licença sem retribuição.

2 — O trabalhador conserva o direito ao lugar, que se considerará como efectivamente preenchido, e o período de licença sem retribuição conta-se como antiguidade do trabalhador para todos os efeitos derivados da antiguidade.

3 — Durante o mesmo período cessam os direitos, deveres e garantias das partes, na medida em que presumam a efectiva prestação de trabalho. No caso de o trabalhador pretender manter o seu direito a benefícios relativamente à caixa de previdência, os respectivos descontos serão, durante a licença, da sua exclusiva responsabilidade.

4 — Durante o período de licença sem retribuição os trabalhadores figurarão no quadro de pessoal.

#### Cláusula 38.<sup>a</sup>

##### (Impedimentos prolongados)

Quando o trabalhador estiver temporariamente impedido de comparecer ao trabalho por facto que não

lhe seja imputável, nomeadamente serviço militar obrigatório, doença ou acidente, manterá o direito ao emprego, à categoria, à antiguidade e demais regalias que por esta convenção ou por iniciativa da entidade patronal lhe estavam a ser atribuídas, mas cessam os direitos e deveres das partes na medida em que pressionham a efectiva prestação do trabalho.

#### Cláusula 39.<sup>a</sup>

##### (Faltas — Definição)

1 — Falta é a ausência do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado.

2 — No caso dos docentes, são também consideradas faltas as provenientes da recusa de participação, sem fundamento, na frequência de cursos de aperfeiçoamento ou reciclagem, nos moldes que venham a ser regulamentados pelo Ministério da tutela e dentro do período em que essas acções venham a decorrer.

3 — No caso de ausência durante períodos inferiores a um dia de trabalho, os respectivos tempos serão adicionados contando-se essas ausências como faltas na medida em que perfizerem um ou mais períodos normais diários de trabalho.

4 — As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.

#### Cláusula 40.<sup>a</sup>

##### (Faltas justificadas)

1 — São consideradas faltas justificadas:

- a) As dadas por motivo de acidente ou doença de qualquer natureza, assim como as dadas por motivo de ida inadiável a consulta médica, desde que devidamente comprovada;
- b) As dadas durante cinco dias consecutivos por falecimento de cônjuge não separado de pessoas e bens, de parente ou afim no 1.º grau de linha directa (pais e filhos, por parentesco ou adopção plena, padrastos, enteados, sogros, genros e noras);
- c) As dadas durante dois dias consecutivos por falecimento de outros parentes ou afins de linha directa ou 2.º grau de linha colateral (avós e bisavós, por parentesco ou afinidade, netos e bisnetos, por parentesco, afinidade ou adopção plena, e cunhados) ou de pessoas que vivam em comunhão de vida e habitação com os trabalhadores;
- d) As dadas, por um dia, para acompanhamento de funerais das pessoas previstas nas alíneas b) e c), quando o funeral não tiver lugar nos dias de falta resultantes daquelas alíneas;
- e) As dadas durante onze dias consecutivos, excluindo os dias de descanso, intercorrentes, por ocasião do casamento do trabalhador;
- f) As dadas pelo tempo necessário à prestação do serviço militar obrigatório;
- g) As dadas pelo tempo indispensável para prestar assistência inadiável, no caso de doença súbita ou grave do cônjuge, pais, filhos e outros parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação com o trabalhador;

- h) As dadas pelo tempo indispensável ao desempenho de funções em associações sindicais ou em quaisquer outros organismos legalmente reconhecidos que promovam a defesa dos interesses dos trabalhadores;
- i) As que resultem de motivo de força maior ou de caso fortuito, designadamente em consequência de cataclismos, inundações, tempestade ou de qualquer outra situação extraordinária que seja impeditiva para apresentação do trabalhador ao serviço;
- j) As que resultem de imposição legal devidamente comprovada, designadamente de autoridade judicial, militar ou policial;
- l) As dadas por motivo de detenção ou prisão preventiva do trabalhador, se não se verificar a prisão efectiva resultante de decisão condenatória;
- m) As dadas pelo tempo necessário para exercer as funções de bombeiro, se como tal o trabalhador estiver inscrito;
- n) As dadas nos dias em que o trabalhador doar sangue;
- o) As dadas para prestação de provas de exame em escolas oficiais ou oficialmente reconhecidas.

2 — As faltas justificadas, quando previsíveis, serão obrigatoriamente comunicadas à entidade patronal com a antecedência mínima de cinco dias.

3 — Quando imprevistas, as faltas justificadas serão obrigatoriamente comunicadas à entidade patronal logo que possível.

4 — O não cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 3 desta cláusula torna as faltas injustificadas.

5 — A entidade patronal pode, em qualquer caso de falta justificada, exigir ao trabalhador a prova dos actos invocados para as justificações.

6 — As faltas justificadas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos ou regalias do trabalhador, salvo o disposto no número seguinte.

7 — Determinam perda de retribuição as seguintes faltas, ainda que justificadas:

- a) Dadas nos casos previstos na alínea f) do n.º 1 desta cláusula;
- b) Dadas nos casos previstos na alínea h), salvo disposição legal em contrário, ou tratando-se de faltas dadas por membros de comissões de trabalhadores;
- c) Dadas por motivo de doença, desde que o trabalhador tenha direito a subsídio de previdência respectivo;
- d) Dadas por motivo de acidente no trabalho, desde que o trabalhador tenha direito a qualquer subsídio ou seguro.

8 — Os pedidos de dispensa ou as comunicações de ausência devem ser feitos por escrito, em documento próprio e em duplicado, devendo um dos exemplares, depois de visado, ser entregue ao trabalhador.

9 — Os documentos a que se refere o número anterior serão obrigatoriamente fornecidos pela entidade patronal, a pedido do trabalhador.

#### Cláusula 41.<sup>a</sup>

##### (Faltas injustificadas)

1 — As faltas injustificadas determinam sempre perda de retribuição correspondente ao período de ausência, o qual será descontado, para todos os efeitos, na antiguidade do trabalhador.

2 — Tratando-se de faltas injustificadas a um ou meio período normal de trabalho diário, o período de ausência a considerar para os efeitos do número anterior abrangerá os dias ou meios dias de descanso ou feriados imediatamente ou posteriores ao dia ou dias de falta.

3 — Incorre em infracção disciplinar grave todo o trabalhador que:

- a) Faltar injustificadamente durante três dias consecutivos ou seis interpolados no período de um ano;
- b) Faltar injustificadamente com alegação de motivo de justificação comprovadamente falso.

4 — No caso da apresentação do trabalhador, para início ou reinício da prestação de trabalho, se verificar com atraso injustificado superior a 30 ou 60 minutos, pode a entidade patronal recusar a aceitação da prestação durante parte ou todo o período normal de trabalho, respectivamente.

5 — Consideram-se faltas injustificadas as respeitantes ao n.º 2 da cláusula 39.<sup>a</sup>

## CAPÍTULO VI

### Deslocações

#### Cláusula 42.<sup>a</sup>

##### (Trabalhadores em regime de deslocação)

1 — O regime das deslocações dos trabalhadores cujo trabalho tenha lugar fora do local habitual regula-se pelas disposições da presente cláusula, em função das seguintes modalidades de deslocação:

- a) Deslocações dentro da localidade onde se situa o local de trabalho ou para fora dessa localidade, desde que seja possível o regresso diário do trabalhador ao mesmo local;
- b) Deslocações para fora da localidade onde se situa o local de trabalho habitual para local que diste mais de 20km, desde que seja necessária a permanência nesse local;
- c) Deslocações para as regiões autónomas e estrangeiro.

2 — O local de trabalho deve ser definido pela entidade patronal no acto de admissão de cada trabalhador, entendendo-se que na falta dessa definição o mesmo corresponderá à sede do estabelecimento de ensino.

3 — Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, a entidade patronal:

- a) Pagará os transportes entre o local de trabalho e o local onde o trabalho se realize;
- b) Pagará o subsídio de refeição no montante de 500\$, desde que o trabalho a efectuar no local para onde o trabalhador foi deslocado não permita o seu regresso dentro do primeiro período de trabalho diário;
- c) Organizará o horário ao trabalhador de maneira que permita contar como tempo de serviço o tempo ocupado efectivamente por deslocações para fora da localidade que não digam respeito ao trajecto entre a sua residência e o estabelecimento.

4 — Nos casos da alínea b) do n.º 1, o trabalhador terá direito:

- a) A um subsídio igual a 20 % da retribuição diária por cada dia de deslocação;
- b) Ao pagamento das despesas de alimentação e alojamento, nos montantes a seguir indicados:  
Pequeno-almoço — 200\$;  
Almoço ou jantar — 750\$;  
Dormida com pequeno-almoço — 2000\$;  
Diária completa — 3000\$;  
Ceia — 400\$;
- c) Ao pagamento dos transportes desde o local de trabalho até ao local do alojamento e vice-versa e do tempo gasto nas viagens que exceda o período normal de trabalho pago pelo valor das horas normais de trabalho.

5 — Nos casos de as despesas normais de alojamento excederem os valores fixados na alínea b) do número anterior, o trabalhador terá direito à diferença, mediante a apresentação de documentos justificativos e comprovativos.

6 — O subsídio de refeição a que aludem as alíneas b) dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula não será devido no caso em que a entidade patronal garanta de algum modo a prestação da refeição em espécie.

7 — Nos casos da alínea c) do n.º 1 desta cláusula, a entidade patronal acordará com o trabalhador os termos especiais em que as deslocações em causa deverão efectivar-se.

8 — Para efeitos de pagamento, as deslocações a que esta cláusula respeita consideram-se efectuadas nos transportes mais adequados.

9 — As deslocações efectuadas em veículo próprio do trabalhador serão pagas na base do coeficiente 0,30 sobre o preço de 1 l de gasolina super em vigor na altura da deslocação por quilómetro percorrido.

10 — No caso de deslocações feitas conforme o número anterior, o tempo de viagem não será considerado tempo de trabalho.

11 — Considera-se que o trabalhador tem direito ao pequeno-almoço sempre que iniciar o serviço até às

7 horas e à ceia quando esteja ao serviço em qualquer período entre as 0 e as 5 horas.

## CAPÍTULO VII

### Remunerações

#### Cláusula 43.<sup>a</sup>

##### (Remunerações mínimas)

1 — A tabela de remunerações mínimas dos trabalhadores abrangidos pela presente convenção é a constante no anexo III.

2 — Esta retribuição deverá ser paga até ao último dia do mês a que respeite.

3 — A retribuição correspondente ao período de férias não pode ser inferior à que os trabalhadores receberiam se estivessem em serviço efectivo e deve ser paga antes do início daquele período.

4 — No caso de o trabalhador com funções pedagógicas não ter tido o mesmo número de horas semanais de trabalho ao longo do ano lectivo, a retribuição do referido período será calculada com base na média aritmética das horas mensais auferidas.

5 — Em caso de dúvida, o enquadramento dos professores dos ensinos preparatório e secundário será feito de acordo com os despachos em vigor no ensino oficial relativos às habilitações que constituem habilitação própria ou suficiente para os diferentes grupos de disciplinas.

#### Cláusula 44.<sup>a</sup>

##### (Diuturnidades — Regime)

1 — Às remunerações mínimas estabelecidas pela presente convenção será acrescida uma diuturnidade de 1750\$ por cada cinco anos de permanência em cada categoria profissional de acesso não obrigatório e automático ao serviço da mesma entidade patronal.

2 — Para efeito do disposto no número anterior, apenas são consideradas categorias de acesso obrigatório e automático as dos trabalhadores cuja promoção dependa única e exclusivamente da antiguidade.

3 — Aos trabalhadores docentes que em 1 de Agosto de 1975 possuíam dez ou mais anos de serviço no mesmo estabelecimento de ensino ou em estabelecimentos pertencentes à mesma entidade patronal será atribuída uma diuturnidade especial de 2250\$, marcando aquela data o início da contagem de tempo de serviço para o vencimento da segunda diuturnidade.

#### Cláusula 45.<sup>a</sup>

##### (Diuturnidades — Excepções)

1 — Só adquirem direito às diuturnidades previstas nesta convenção os trabalhadores que prestem serviço em estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo em regime de dedicação exclusiva ou predominante, salvos os casos em que a situação não seja impu-

tável ao trabalhador, mas antes tenha resultado do facto de no momento da admissão não ter sido proporcionado um horário completo.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se que prestam serviço em estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo em regime de dedicação exclusiva ou predominante os trabalhadores docentes que tenham como actividade profissional principal ou predominante a docência em estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo, ainda que o façam em mais de um estabelecimento de ensino particular ou cooperativo, caso em que tais trabalhadores terão direito em cada estabelecimento que prestam serviço a diuturnidades de valor proporcional ao seu horário de trabalho.

3 — Aos trabalhadores docentes em situação de acumulação (ensino público/particular) serão devidas diuturnidades proporcionais aos respectivos horários lectivos praticados no ensino particular ou cooperativo.

#### Cláusula 46.<sup>a</sup>

##### (Remunerações do trabalho extraordinário)

1 — O trabalho extraordinário dá direito a remuneração especial, que será igual à retribuição simples acrescida das seguintes percentagens:

- a) 100% se for prestado em dias úteis;
- b) 200% se for prestado em dias feriados ou de descanso semanal.

2 — Para o cálculo da retribuição horária utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$\text{Retribuição horária} = \frac{12 \times \text{retribuição mensal}}{52 \times \text{horário semanal}}$$

#### Cláusula 47.<sup>a</sup>

1 — As horas de trabalho prestadas além das 20 horas serão pagas com um acréscimo de 25 %.

2 — As aulas de ensino nocturno que correspondam em número às horas leccionadas em regime diurno no ano anterior serão pagas com o acréscimo de 50 %.

#### Cláusula 48.<sup>a</sup>

##### (Subsídio de férias)

1 — Aos trabalhadores abrangidos pela presente convenção é devido um subsídio de férias de montante igual ao da retribuição correspondente ao período de férias a que têm direito.

2 — O referido subsídio deve ser pago até quinze dias antes do início das férias.

#### Cláusula 49.<sup>a</sup>

##### (Subsídio de Natal)

1 — Aos trabalhadores abrangidos pelo presente contrato será devido subsídio de Natal, a pagar até 16 de Dezembro de cada ano, equivalente à retribuição a que tiverem direito nesse mês.

2 — Quando o trabalhador em 31 de Dezembro de cada ano não completar doze meses de contrato, quer por ter sido admitido no percurso desse ano civil, quer por ter havido rescisão do contrato, ser-lhe-ão devidos a título de subsídio de Natal dois dias e meio por cada mês completo de serviço nesse ano.

3 — No caso de o trabalhador com funções pedagógicas não ter tido o mesmo número de horas semanais ao longo do ano civil, o subsídio de Natal será calculado com base na média aritmética das horas mensais auferidas nesse ano.

#### Cláusula 50.<sup>a</sup>

##### (Exercícios de funções inerentes a diversas categorias)

Quando algum trabalhador exercer funções inerentes a diversas categorias receberá a retribuição correspondente à mais elevada.

#### Cláusula 51.<sup>a</sup>

##### (Regime de pensionato)

1 — Os estabelecimentos de ensino com internato ou semi-internato podem estabelecer o seguinte pensionato como condição de trabalho. Nestes casos, os valores máximos a atribuir à pensão (alojamento e alimentação) devem ser:

- a) 8700\$ para trabalhadores incluídos nos níveis 20 a 12, inclusive, da tabela salarial;
- b) 5500\$ para os trabalhadores incluídos nos níveis 11 a 6, inclusive, da tabela salarial;
- c) 3100\$ para os restantes trabalhadores.

2 — Aos professores do ensino primário, educadores de infância, auxiliares de educação e vigilantes que, por razões de ordem educativa, devam tomar as refeições juntamente com os alunos ser-lhes-ão as mesmas fornecidas gratuitamente.

3 — Os trabalhadores cujas funções os classifiquem como profissionais de hotelaria terão direito à alimentação confeccionada, conforme condições constantes do anexo II, cujo valor não poderá ser descontado na retribuição.

4 — Aos trabalhadores incluídos nos níveis salariais 1, 2, 3 e 4 será facultada uma refeição principal, que será no valor máximo igual a metade do valor expresso na alínea c) do n.º 1 desta cláusula, desde que se verifiquem, cumulativamente, as duas condições seguintes:

- Que a refeição seja tomada dentro dos períodos lectivos em que o refeitório esteja a funcionar;
- Que no estabelecimento haja trabalhadores abrangidos pela citada alínea c) do n.º 1.

5 — Para efeitos da presente cláusula, consideram-se estabelecimentos em regime de pensionato aqueles em que os alunos, além da leccionação, têm alojamento e tomem as refeições e estabelecimentos em regime de semipensionato aqueles em que os alunos, além da leccionação, têm salas de estudo e tomem almoço e merenda confeccionados no estabelecimento.

#### Cláusula 52.<sup>a</sup>

##### (Condições especiais de trabalho)

As entidades patronais dos estabelecimentos de ensino de línguas extracurriculares podem estabelecer contratos a prazo para cursos de línguas de duração temporária, desde que o número desses contratos não exceda 10% do número de professores da escola.

#### Cláusula 53.<sup>a</sup>

##### (Trabalho de mulheres)

1 — Além dos consignados para a generalidade dos trabalhadores, serão assegurados às mulheres os seguintes direitos especiais:

- a) Frequência de consultas pré-natais durante as horas de serviço sem perda de retribuição, desde que se justifique a impossibilidade de as mesmas terem lugar sem prejuízo do período normal de trabalho;
- b) Não cumprimento de tarefas incompatíveis com o seu estado, designadamente as de grande esforço físico, trepidações, contactos com substâncias tóxicas ou posições incómodas durante a gravidez e até três meses após o parto;
- c) Faltar até 90 dias por ocasião do parto, sem prejuízo da antiguidade e demais regalias;
- d) Faltar até 30 dias, no máximo, no caso de aborto ou de parto de nado-morto, competindo aos médicos graduar o período de interrupção de trabalho;
- e) Após o parto e durante um ano, dois períodos diários para aleitação de meia hora cada um ou a equivalente redução do seu período normal de trabalho diário, sem diminuição de retribuição e sem que tal redução possa ser compensada.

2 — A entidade patronal pagará mensalmente, nos casos das alíneas c) e d) do número anterior, a retribuição correspondente, obrigando-se a trabalhadora a entregar-lhe a comparticipação que vier a receber da Previdência.

#### Cláusula 54.<sup>a</sup>

##### (Trabalhadores-estudantes)

1 — Aos trabalhadores-estudantes aplicam-se as condições estabelecidas na lei.

2 — Aos trabalhadores abrangidos por esta cláusula é devida uma comparticipação de 50% das despesas ocasionadas pela compra de material escolar indispensável e nos preços cobrados nos estabelecimentos de ensino na frequência de cursos oficiais ou oficializados de reconhecido e directo interesse para a valorização dos seus conhecimentos por referência às exactas funções que definam o seu posto de trabalho.

#### Cláusula 55.<sup>a</sup>

##### (Trabalho de menores)

1 — A entidade patronal deve proporcionar aos menores que se encontram ao seu serviço condições de

trabalho adequadas à sua idade, prevenindo de modo especial quaisquer danos ao seu desenvolvimento físico, espiritual e moral.

2 — Os menores não podem ser obrigados à prestação de trabalho antes das 8 horas e depois das 18 horas, no caso de frequentarem cursos nocturnos oficiais, oficializados ou equiparados e antes das 7 horas e depois das 20, no caso de não os frequentarem.

## **CAPÍTULO IX**

### **Cessação do contrato de trabalho**

#### **Cláusula 56.<sup>a</sup>**

##### **(Regime da cessação dos contratos de trabalho)**

A cessação do contrato de trabalho fica sujeita ao regime legal aplicável.

## **CAPÍTULO X**

### **Processos disciplinares**

#### **Cláusula 57.<sup>a</sup>**

##### **(Processos disciplinares)**

O processo disciplinar fica sujeito ao regime legal aplicável.

## **CAPÍTULO XI**

### **Segurança Social**

#### **Cláusula 58.<sup>a</sup>**

##### **(Previdência — Principios gerais)**

As entidades patronais e os trabalhadores ao seu serviço contribuirão para as instituições de previdência que os abranjam, nos termos dos respectivos estatutos e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 59.<sup>a</sup>**

##### **(Subvenção de doença)**

Os trabalhadores que não tenham direito a subsídio de doença ou seguro por entidade patronal respectiva não praticar os descontos legais têm direito à retribuição completa correspondente aos períodos de ausência motivada por doença ou acidente de trabalho.

#### **Cláusula 60.<sup>a</sup>**

##### **(Invalidéz)**

1 — No caso de incapacidade parcial ou absoluta para o trabalho habitual proveniente de acidentes de trabalho ou doenças profissionais ao serviço da entidade patronal, esta diligenciará conseguir a reconversão dos trabalhadores diminuídos para funções compatíveis com as diminuições verificadas.

2 — Se a remuneração da nova função, acrescida da pensão relativa à incapacidade referida no número anterior, for inferior à retribuição auferida à data da baixa, a entidade patronal pagará a respectiva diferença.

## **CAPÍTULO XII**

### **Comissão técnica paritária**

#### **Cláusula 61.<sup>a</sup>**

##### **(Constituição)**

1 — Dentro dos 30 dias seguintes à entrada em vigor deste CCT será criada, mediante a comunicação de uma à outra parte e conhecimento ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, uma comissão paritária constituída por seis vogais, três em representação da associação patronal e três em representação das associações sindicais outorgantes.

2 — Por cada vogal efectivo serão sempre designados dois substitutos.

3 — Os representantes das associações patronais e sindicais junto da comissão paritária poderão fazer-se acompanhar dos assessores que julgarem necessários, os quais não terão direito a voto.

4 — A comissão paritária funcionará enquanto estiver em vigor o presente contrato, podendo os seus membros ser substituídos pela parte que os nomear em qualquer altura, mediante prévia comunicação à outra parte.

#### **Cláusula 62.<sup>a</sup>**

##### **(Competência)**

Compete à comissão paritária:

- a) Interpretar as cláusulas da presente convenção;
- b) Integrar os casos omissos;
- c) Proceder à definição e enquadramento de novas profissões;
- d) Deliberar sobre as dúvidas emergentes da aplicação desta convenção;
- e) Deliberar sobre o local, calendário e convocação das reuniões;
- f) Deliberar sobre a alteração da sua composição, sempre com respeito pelo princípio da paridade.

#### **Cláusula 63.<sup>a</sup>**

##### **(Funcionamento)**

1 — A comissão paritária funcionará a pedido de qualquer das partes, mediante convocatória enviada à outra parte com a antecedência mínima de oito dias, salvo casos de urgência, em que a antecedência mínima será de três dias, e só poderá deliberar desde que esteja presente a maioria dos membros efectivos representantes de cada parte e só em questões constantes da agenda.

2 — Qualquer dos elementos componentes da comissão técnica poderá fazer-se representar nas reuniões da mesma mediante procuração bastante.

3 — As deliberações da comissão técnica serão tomadas por consenso; em caso de divergência insanável recorrer-se-á a um árbitro escolhido de comum acordo.

4 — As deliberações da comissão técnica passarão a fazer parte integrante da presente convenção logo que publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

5 — A presidência da comissão será rotativa por períodos de seis meses, cabendo, portanto, alternadamente a uma e outra das partes outorgantes.

## CAPÍTULO XIII

### Disposições gerais e ou transitórias

#### Cláusula 64.<sup>a</sup>

#### (Manutenção de regalias)

Com salvaguarda do entendimento de que este CCT representa, no seu todo, um tratamento mais favorável, da sua aplicação não poderá resultar qualquer prejuízo para os trabalhadores, nomeadamente a redução ou suspensão de quaisquer regalias existentes à data da sua entrada em vigor e não expressamente alteradas por este mesmo contrato.

#### ANEXO I

#### Definição de profissões e categorias profissionais

##### A) Trabalhadores com funções pedagógicas

*Auxiliar de educação.* — É a trabalhadora com curso específico para o ensino pré-escolar que elabora planos de actividade de classe, submetendo-os à apreciação das educadoras de infância e colabora com estas no exercício da sua actividade.

*Educador(a) de infância.* — É o(a) trabalhador(a) habilitado(a) com o curso específico e estágio que tem sob a sua responsabilidade a orientação de uma classe infantil. Organiza e aplica os meios educativos adequados em ordem ao desenvolvimento integral da criança: psicomotor, afectivo, intelectual, social, moral, etc. Acompanha a evolução da criança e estabelece contactos com os pais no sentido de se obter uma acção educativa integrada. É também designado por educador(a) de infância o trabalhador habilitado por diploma aprovado pelo Ministério da tutela para o exercício das funções referenciadas, desde que efectivamente as exerça ou como tal tenha sido contratado.

*Prefeito.* — É o trabalhador que, possuindo como habilitações mínimas o curso geral dos liceus ou equivalente ao oficial, desempenha as funções de acompanhar pedagogicamente os alunos na sala de estudo, nas refeições, no recreio, no repouso e nas camaratas.

*Professor.* — É o trabalhador que exerce actividade docente em estabelecimento de ensino particular.

*Psicólogo.* — É o trabalhador que estuda o comportamento e mecanismos mentais do homem e procede a investigações sob problemas psicológicos em domínios tais como o fisiológico, social, pedagógico e pato-

lógico, utilizando técnicas específicas, que por vezes elabora; analisa os problemas resultantes da integração entre indivíduos, instituições e grupos; estuda todas as perturbações internas e relacionais que afectam o indivíduo; investiga os factores diferenciais quer biológicos, ambientais e pessoais no seu desenvolvimento, assim como o crescimento progressivo das capacidades motoras e das aptidões intelectivas e sensitivas; estuda as bases fisiológicas do comportamento e mecanismos mentais do homem, sobretudo nos seus aspectos métricos. Pode investigar um ramo particular de psicologia — psico-sociologia, psicopatologia, psicopedagogia, psicofilosofia ou ser especializado numa aplicação particular da psicologia como, por exemplo, o diagnóstico e tratamento de desvios de personalidade e de inaptações sociais, em problemas psicológicos que surgem durante a educação e o desenvolvimento das crianças e jovens ou em problemas psicológicos de ordem profissional, tais como os da selecção, formação e orientação profissional dos trabalhadores a ser designado em conformidade.

*Técnico de serviço social.* — Estuda e define normas gerais, esquemas e regras de actuação do serviço social das instituições; procede à análise de problemas de serviço social directamente relacionados com os serviços das instituições; assegura e promove a colaboração com os serviços sociais de outras instituições ou entidades; estuda com os indivíduos as soluções possíveis dos seus problemas (descoberta do equipamento social de que pode dispor); ajuda os utentes a resolver adequadamente os seus problemas de adaptação e readaptação social, fomentando uma decisão responsável.

*Terapeuta.* — Avalia e procede ao tratamento de deficientes físicos, mentais ou outros através de actividades próprias, consoante a sua especialidade. Colabora no diagnóstico através da avaliação dos deficientes. Reeduca e reabilita funções alteradas de modo a ajudar os deficientes a atingir um máximo de independência física e psíquica por meio de actividades educacionais, manuais, artísticas, recreativas e outras. Pode fazer parte de equipas de reabilitação e ou reeducação aplicando técnicas específicas da sua profissão e especialidade.

##### B) Trabalhadores de escritório

*Caixa.* — É o trabalhador que tem a seu cargo as operações de caixa e registo de movimento relativo a transacções respeitantes à gestão da entidade patronal; recebe numerários e outros valores e verifica se a sua importância corresponde à indicada nas notas de venda ou nos recibos; prepara os sobrescritos segundo as folhas de pagamento. Pode preparar os fundos destinados a serem depositados e tomar as disposições necessárias para os levantamentos.

*Chefe de escritório, chefe de departamento, de divisão ou serviços.* — É o trabalhador que estuda, organiza, dirige e coordena, sobre uma ou várias divisões, serviços e secções, respectivamente, as actividades que lhe são próprias e exerce dentro deste sector que chefia os limites da sua competência, funções de direcção e orientação do pessoal sob as suas ordens e planeia as actividades do sector segundo orientações e fins definidos; propõe a aquisição de equipamento e materiais



e a admissão de pessoal necessário ao bom funcionamento do seu sector e executa outras funções semelhantes.

**Chefe de secção.** — É o trabalhador que coordena, dirige e controla o trabalho de um grupo de profissionais ou dirige um departamento de serviço administrativo.

**Cobrador.** — É o trabalhador que procede fora dos escritórios a recebimentos, pagamentos e depósitos, considerando-se-lhe equiparado o empregado de serviços externos que efectua funções análogas relacionadas com escritório, nomeadamente de informações e fiscalização.

**Correspondente em línguas estrangeiras.** — É o trabalhador que redige cartas e quaisquer outros documentos de escritório em línguas estrangeiras, dando-lhes seguimento apropriado: lê e traduz, se necessário, o correio recebido e junta-lhe a correspondência anterior sob o mesmo assunto, estuda documentos e informa sobre a matéria em questão, ou recebe instruções definidas com vista a resposta; redige textos, faz rascunhos de cartas, dita-as ou dactilografa-as. Pode ser encarregado de se ocupar dos respectivos processos.

**Contabilista.** — É o trabalhador que organiza e dirige o departamento, divisão ou serviços de contabilidade e dá conselhos sobre problemas de natureza contabilística; estuda a planificação de circuitos contabilísticos, analisando os diversos sectores de actividade da entidade patronal, de forma a assegurar uma recolha de elementos precisos com vista à determinação de custos de resultados da exploração; elabora o plano de contas a utilizar para a obtenção dos elementos mais adequados à gestão económica ou financeira e cumprimento à legislação comercial e fiscal; supervisiona a escrituração dos registos e livros de contabilidade, coordenando, orientando e dirigindo os profissionais encarregados dessa execução; fornece os elementos contabilísticos necessários à definição da política orçamental e organiza e assegura o controle da execução do orçamento; elabora e certifica os balancetes e outras informações contabilísticas a submeter à administração, gerência ou direcção, ou a fornecer a serviços públicos; procede ao apuramento de resultados, dirigindo o encerramento de contas e o relatório explicativo que acompanha a apresentação de contas ou fornece indicações para essa elaboração; efectua as revisões contabilísticas necessárias, verificando os livros de registo, para se certificar da correcção da respectiva escrituração, e é responsável pela contabilidade das empresas perante a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

**Dactilógrafo.** — É o trabalhador que escreve à máquina cartas, notas e textos baseados em documentos escritos ou informações que lhe são ditadas ou comunicadas por outros meios; imprime, por vezes, papéis-matrizes (*stencil*) ou outros materiais e executa algumas tarefas que caracterizam as funções de escriturário.

**Documentalista.** — É o trabalhador que organiza o núcleo de documentação e assegura o seu funcionamento ou, inserido num departamento, trata a documentação, tendo em vista as necessidades de um ou mais sectores da empresa, faz a selecção, compilação,

codificação e tratamento da documentação; elabora resumos de artigos e de documentos importantes e estabelece a circulação destes e de outros documentos pelos diversos sectores da empresa; organiza e mantém actualizados os ficheiros especializados; promove a aquisição da documentação necessária aos objectivos a prosseguir. Pode fazer o arquivo e outros registos de entrada e saída de documentação.

**Escriturário.** — É o trabalhador que redige relatórios, cartas, notas informativas e outros documentos, nomeadamente matrículas de alunos, serviços, serviços de exame e outros, manualmente ou à máquina, dando-lhes o seguimento apropriado. Examina o correio recebido, separa-o, classifica-o e compila os dados que são necessários para preparar as respostas, elabora, ordena e prepara os documentos relativos à encomenda, distribuição, facturação e regularização das compras e vendas, recebe pedidos de informação e transmite-os à pessoa ou serviço competente; põe em caixa os pagamentos de contas e entrega recibos; escreve em livros as receitas e despesas, assim como outras operações contabilísticas; estabelece o extracto das operações efectuadas e de outros documentos para informação superior; atende os candidatos às vagas existentes, informa-os das condições de admissão e efectua registos de pessoal; preenche formulários oficiais relativos ao pessoal ou à empresa; ordena e arquiva notas de livrança, recibos, cartas ou outros documentos e elabora dados estatísticos, escreve à máquina e opera com máquinas de escritório.

**Estagiário.** — É o trabalhador que se prepara para escriturário, desempenhando, sob ordens e responsabilidade de um escriturário, a generalidade das tarefas que caracterizam a função de escriturário.

**Esteno-dactilógrafo.** — É o trabalhador que anota em esteno-dactilografia e transcreve em dactilografia relatórios, cartas e outros textos. Pode por vezes utilizar uma máquina de estenotipia e dactilografar papéis-matrizes (*stencil*) para reprodução de textos.

**Guarda-livros.** — É o trabalhador que se ocupa da escrituração de registos ou livros de contabilidade gerais ou especiais, selados ou não selados, analíticos ou sintéticos; executa, nomeadamente, trabalhos contabilísticos relativos ao balanço anual e apuramento dos resultados da exploração e do exercício. Pode colaborar nos inventários das existências; prepara ou manda preparar extractos de contas simples ou com juros e executa trabalhos conexos. Não havendo secção própria de contabilidade, superintende nos respectivos serviços e tem a seu cargo a elaboração dos balanços e a escrituração dos livros selados ou é responsável pela boa ordem e execução dos trabalhos.

**Operador de máquinas auxiliares.** — É o trabalhador que opera com máquinas auxiliares de escritório, tais como fotocopiadoras e duplicadoras, com vista à reprodução de documentos, máquinas de imprimir endereços e outras indicações análogas e máquinas de corte e separação de papel.

**Operador de máquinas de contabilidade.** — É o trabalhador que trabalha com máquinas de registo de operações contabilísticas; faz lançamentos, simples regis-

tos ou cálculos estatísticos; verifica a exactidão das facturas, recibos e outros documentos. Por vezes executa diversos trabalhos de escritório relacionados com as operações de contabilidade.

**Operador mecanográfico.** — É o trabalhador que abastece e opera com máquinas, tais como interpretadoras, separadoras, reprodutoras, intercaladoras, calculadoras; prepara a máquina para o trabalho a realizar, mediante o programa que lhe é fornecido; assegura o fornecimento do sistema de alimentação; vigia o funcionamento e executa o trabalho consoante as indicações recebidas e recolhe os resultados obtidos; regista o trabalho realizado e comunica superiormente as anomalias verificadas na sua execução.

**Perfurador-verificador.** — É o trabalhador que conduz máquinas que registam dados, sob a forma de sensibilização, em cartões ou fitas especiais, que serão posteriormente utilizados nas máquinas de tratamento automático da informação e outras. Pode também verificar a exactidão dos dados sensibilizados, efectuando tarefas semelhantes às que não tenham sido sensibilizadas correctamente.

**Recepcionista.** — É o trabalhador que recebe clientes e orienta o público, transmitindo indicações dos respectivos departamentos, assiste na portaria, recebendo e atendendo visitantes que pretendam encaminhar-se para qualquer secção ou atendendo outros visitantes, com orientação das suas visitas e transmissão de indicações várias.

**Secretária de direcção.** — É a trabalhadora que se ocupa do secretariado específico da administração ou direcção da empresa. Entre outras, competem-lhe normalmente as seguintes funções: redigir actas das reuniões de trabalho e assegurar por sua própria iniciativa o trabalho de rotina diária do gabinete; providenciar pela realização das assembleias gerais, reuniões de trabalho, contratos e escrituras.

**Subchefe de secção (escriturário principal).** — É o trabalhador que executa as tarefas mais exigentes que competem ao escriturário, nomeadamente tarefas relativas a determinados assuntos de pessoal, de legislação ou fiscais, apuramentos e cálculos contabilísticos e estatísticos complexos e tarefas de relação com fornecedores e ou clientes que obriguem a tomada de decisões correntes ou executando as tarefas mais exigentes da secção, colabora directamente com o chefe de secção e, no impedimento deste, coordena ou controla as tarefas de um grupo de trabalhadores administrativos com actividades afins.

**Tesoureiro.** — É o trabalhador que dirige a tesouraria em escritórios com mais de um caixa, tendo a responsabilidade dos valores de caixa que lhe são confiados; verifica as diversas caixas e confere as respectivas existências; prepara os fundos para serem depositados nos bancos e toma as disposições necessárias para levantamento; verifica periodicamente se o montante dos valores em caixa coincide com o que os livros indicam. Pode, por vezes, autorizar certas despesas e executar outras tarefas relacionadas com operações financeiras.

### C) Trabalhadores electricistas

**Oficial.** — É o trabalhador electricista que executa todos os trabalhos da sua especialidade e assume a responsabilidade dessa execução.

### D) Trabalhadores de hotelaria

**Ajudante de cozinheiro.** — É o trabalhador que trabalha sob as ordens de um cozinheiro, auxiliando-o na execução das suas tarefas, limpa e corta legumes, carnes, peixe ou outros alimentos; prepara guarnições para os pratos, executa e colabora nos trabalhos de arrumação e limpeza da sua secção, podendo colaborar no serviço de refeitório.

**Cozinheiro-chefe.** — É o trabalhador que organiza, coordena, dirige e verifica os trabalhos da cozinha; elabora ou contribui para a elaboração das ementas, tendo em atenção a natureza e o número de pessoas a servir, os víveres existentes ou susceptíveis de aquisição e requisita às secções respectivas os géneros de que necessita para a sua confecção, dá instruções ao pessoal da cozinha sobre a preparação e confecção dos pratos, tipos de guarnição e quantidades a servir; acompanha o andamento dos cozinhados e assegura-se da perfeição dos pratos e da sua concordância com o estabelecido; verifica a ordem e a limpeza de todas as secções de pessoal; mantém em dia o inventário de todo o material de cozinha; é responsável pela conservação dos alimentos entregues à cozinha. Pode ser encarregado do aprovisionamento da cozinha e de elaborar um registo diário dos consumos. Dá informações sobre quantidades necessárias às confecções dos pratos e ementas; é ainda o responsável pela elaboração das ementas do pessoal e pela boa confecção das respectivas refeições, qualitativa e quantitativamente.

**Cozinheiro.** — É o trabalhador que prepara, tempera e cozinha os alimentos destinados às refeições; elabora ou contribui para a confecção das ementas; recebe os víveres e outros produtos necessários à sua confecção, sendo responsável pela sua conservação, amanha o peixe, prepara os legumes e as carnes e procede à execução das operações culinárias, emprata-os, guarnece-os e confecciona os doces destinados às refeições quando não haja pasteleiro; executa ou zela pela limpeza da cozinha e dos utensílios.

**Despenseiro.** — É o trabalhador que armazena, conserva e distribui géneros alimentícios e outros produtos, recebe produtos e verifica se coincidem em quantidade e qualidade com os discriminados nas notas de encomenda; arruma-os em câmaras frigoríficas, tulas, salgadeiras, prateleiras e outros locais apropriados; cuida ainda da sua conservação, protegendo-os convenientemente; fornece, mediante requisição, os produtos que lhe sejam solicitados; mantém actualizados os registos; verifica periodicamente as existências e informa superiormente das necessidades de aquisição. Pode ter de efectuar a compra de géneros de consumo diário e outras mercadorias ou artigos diversos. Clarifica (por filtragem ou colagem) e engarrafa vinhos de pasto ou outros líquidos.

**Empregado de balcão.** — É o trabalhador que se ocupa do serviço de balcão, servindo directamente as

preparações de cafetaria, bebidas e doçaria para consumo no local; cobra as respectivas importâncias e observa as regras de controle aplicáveis; colabora nos trabalhos de asseio e higiene e na arrumação da secção; elabora os inventários periódicos das existências da mesma secção.

*Empregado de camarata.* — É o trabalhador que se ocupa do asseio, arranjo e decoração dos aposentos quando não houver pessoal próprio e também dos andares e locais de estar e respectivos acessos, assim como do recebimento e entrega de roupas dos alunos e ainda de troca de roupas de serviço.

*Empregado de mesa.* — É o trabalhador que serve refeições, limpa os aparadores e guarnece-os com todos os utensílios necessários; põe a mesa, colocando toalhas e guardanapos, pratos, talheres, copos e recipientes com condimentos; apresenta a ementa e fornece, quando solicitadas, indicações acerca dos vários tipos de pratos e vinhos; anota os pedidos ou fixa-os mentalmente e transmite-os às secções respectivas; serve os diversos pratos, os vinhos e outras bebidas; retira e substitui a roupa e a louça servida; recebe a conta ou envia-a à secção respectiva para debitar; levanta ou manda levantar as mesas. Pode trabalhar em refeitórios de empresas que sirvam refeições ao pessoal.

*Empregado de refeitório.* — É o trabalhador que executa nos diversos sectores de um refeitório trabalhos relativos ao serviço de refeições; prepara as salas, levando e dispondo mesas e cadeiras da forma mais conveniente; coloca nos balcões e nas mesas pão, fruta, sumos e outros artigos de consumo; recebe e distribui refeições, levanta tabuleiros das mesas e transporta-os para a copa; lava louças, recipientes e outros utensílios. Pode proceder a serviços de preparações das refeições, embora não as confeccionando. Executa ainda os serviços de limpeza e asseio dos diversos sectores.

*Encarregado de refeitório.* — É o trabalhador que organiza e coordena, orienta e vigia os serviços de refeitório, requisita os géneros, utensílios e quaisquer outros produtos necessários ao normal funcionamento dos serviços; fixa ou colabora no estabelecimento das ementas, tomando em consideração o tipo de trabalhadores a que se destinam e o valor dietético dos alimentos; distribui as tarefas ao pessoal, velando pelo cumprimento das regras de higiene, eficiência e disciplina, verifica a qualidade e quantidades das refeições; elabora mapas explicativos das refeições fornecidas, para posterior contabilização. Pode ainda ser encarregado de receber os produtos e verificar se coincidem, em quantidade e qualidade, com os descritos nas requisições.

#### **E) Trabalhadores de vigilância e portaria, limpeza e similares**

*Contínuo.* — É o trabalhador que anuncia, acompanha e informa os visitantes; faz a entrega de mensagens e objectos inerentes ao serviço interno, estampa e entrega correspondência, além de a distribuir aos serviços a que é destinada. Pode ainda executar serviços de reprodução de documentos e o endereçamento e fazer recados.

*Empregado de limpeza.* — É o trabalhador que desempenha o serviço de limpeza das instalações, podendo

executar outras tarefas relacionadas com limpeza e arrumações.

*Guarda.* — É o trabalhador cuja actividade é velar pela defesa e conservação das instalações e valores confiados à sua guarda, registando as saídas de mercadorias, veículos e materiais.

*Jardineiro.* — É o trabalhador que cuida das plantas, árvores, flores e sebes, podendo também cuidar da conservação dos campos de jogos.

*Paquete.* — É o trabalhador, menor de 18 anos, que presta unicamente os serviços referidos na definição das funções de contínuo.

*Porteiro.* — É o trabalhador cuja missão consiste em vigiar as entradas e saídas dos alunos e do pessoal ou visitantes das instalações e das mercadorias e receber correspondência.

*Vigilante.* — É o trabalhador que, possuindo como habilitações mínimas a 4.<sup>a</sup> classe da instrução primária, desempenha predominantemente as seguintes funções: assistência aos alunos em transportes, refeições e recreio; vigilância dos alunos durante os períodos de repouso e no pavilhão das aulas; dá apoio não docente aos professores.

*Costureira.* — É a trabalhadora que cose, manualmente ou à máquina, peças de vestuário.

*Encarregada de rouparia.* — É a trabalhadora responsável pela distribuição de roupa e pela existência da mesma; deve fazer inventários periódicos.

*Engomadeira.* — É a trabalhadora que passa a ferro, alisa peças de vestuário e outros artigos semelhantes utilizando uma prensa, dobra as peças e arruma-as nos locais.

*Lavadeira.* — É a trabalhadora que lava as peças de vestuário à mão ou à máquina, devendo carregar ou descarregar as peças da respectiva máquina.

#### **F) Trabalhadores rodoviários**

*Motorista.* — É o trabalhador que procede à condução de veículos automóveis, cuida do bom estado de funcionamento desses veículos, previne quem de direito quanto à necessidade de revisões, reparações de avarias, etc.; provê a alimentação do combustível dos veículos que lhe sejam entregues, segundo o que acordar com a entidade patronal. O motorista de pesados está adstrito a veículos pesados; pode também exercer as suas funções em veículos ligeiros.

#### **G) Telefonistas**

*Telefonista.* — É o trabalhador que presta serviço numa central telefónica, transmitindo aos telefones internos as chamadas recebidas e estabelecendo ligações internas ou para o exterior; responde, quando necessário, às informações pedidas sem sair do seu local de trabalho; cuida do bom estado de funcionamento dos aparelhos telefónicos entregues à sua guarda, quer por

acção directa, quer tomando a iniciativa de prevenir quem de direito para que seja chamado um técnico, sendo caso disso.

#### H) Enfermeiros

**Enfermeiro.** — É o trabalhador portador de carteira profissional e habilitado com o diploma do curso de enfermagem ou seu equivalente legal. No âmbito da informação técnico-pedagógica do curso de enfermagem, e em colaboração com outras profissões de saúde, tem como objectivo ajudar os indivíduos, sãos ou doentes, a desenvolver e manter um nível de vida são, a recuperar a saúde dos indivíduos através da aplicação judiciosa de técnicas e processos de cuidados convenientes a cada caso.

#### I) Trabalhadores da construção civil

**Carpinteiro.** — É o trabalhador que constrói, monta e repara estruturas de madeira e equipamentos, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas.

**Pedreiro.** — É o trabalhador que levanta e reveste muros de alvenaria de pedra, tijolo ou de outros blocos e realiza coberturas com telha, utilizando argamassas e manejando ferramentas, tais como colheres do ofício, trolha, picão e fios de alinhamento.

**Pintor.** — É o trabalhador que aplica camadas de tinta, vernizes ou outros produtos afins, principalmente sobre superfícies de estuque, reboco, madeira e metal, para as proteger e decorar, utilizando pincéis de vários formatos, rolos, outros dispositivos de pintura e utensílios apropriados.

### ANEXO II

#### Densidades e condições específicas de trabalho dos trabalhadores de escritório, hotelaria, vigilantes, portaria, limpeza e actividades similares

##### A) Trabalhadores de escritório

###### Regimes especiais de promoção e acesso

1 — Os estagiários e dactilógrafos, após dois anos de permanência na categoria ou 21 anos de idade, ascendem a terceiros-escriturários.

2 — Os terceiros-escriturários e segundos-escriturários e os perfuradores-verificadores ou operadores de registo de 2.<sup>a</sup>, os operadores de máquinas de contabilidade de 2.<sup>a</sup>, os operadores mecanográficos de 2.<sup>a</sup> e os operadores auxiliares de 2.<sup>a</sup> ascenderão automaticamente à categoria imediata logo que completem três anos de permanência naquelas categorias.

3 — Para os efeitos dos números anteriores, será contado todo o tempo de serviço prestado a partir de 1 de Agosto de 1975.

4 — O estágio para operador de máquinas auxiliares, para operador de máquinas de contabilidade e para operador mecanográfico terá a duração máxima de quatro meses.

#### Densidade

1 — Por cada seis profissionais de escritório é obrigatória a existência de um chefe de secção.

2 — Por cada quinze profissionais de escritório é obrigatória a existência de um chefe de serviços ou equiparado.

3 — O número de estagiários e dactilógrafos tomados no seu conjunto não poderá exceder os 50% dos escriturários.

4 — O número de trabalhadores classificados como subchefe de secção ou escriturário principal e em categorias profissionais ou profissões superiores não poderá ser inferior a 10% do total de trabalhadores classificados como escriturários, operadores de computador, planeadores de informática, arquivistas de informática, operadores mecanográficos, operadores de registo de dados, operadores de máquinas de contabilidade, controladores de informática e operadores de máquinas auxiliares.

##### B) Trabalhadores de hotelaria

###### Economato ou despensa

O trabalho desta secção deverá ser executado por pessoal de categoria não inferior a despenseiro.

Condições básicas de alimentação e vestuário:

###### a) Alimentação:

- 1) A alimentação deverá ser de qualidade e abundância igual à dos normais destinatários das refeições;
- 2) Aos profissionais que trabalham para além das 23 horas e até às 2 horas da manhã será fornecida ceia completa;
- 3) Ao profissional que por prescrição médica necessite de alimentação especial esta será-lhe fornecida em espécie.

##### C) Trabalhadores de vigilância e portaria, limpeza e actividades similares

###### Acesso

1 — Os paquetes, contínuos, porteiros, guardas, serventes de limpeza e vigilância, logo que completem o 2.<sup>o</sup> ciclo ou equivalente, estarão em situação de preferência nas vagas abertas no escritório ou outros serviços da escola.

2 — Os paquetes, logo que atinjam 18 anos de idade, passam a contínuos, sem prejuízo do estabelecido no número anterior.

##### D) Motoristas

###### Condições específicas

- 1 — As condições mínimas de admissão são:  
Ter as condições exigidas por lei;  
Possuir a carta de condução profissional.

### Livretes de trabalho

1 — Os trabalhadores motoristas terão de possuir um livrete de trabalho:

- Para registar todos os períodos de trabalho diário, o trabalho extraordinário e o prestado em dias de descanso semanal ou feriados, no caso de utilizarem o horário móvel;
- Para registo do trabalho extraordinário e para o trabalho prestado em dias de descanso semanal ou feriados, se estiverem sujeitos a horário fixo.

2 — Os livretes são pessoais e intransmissíveis e apenas adquiridos no sindicato.

3 — A passagem de um livrete para substituição de outro que tenha sido extraviado implica para o trabalhador uma taxa suplementar de 250\$.

4 — Se o extravio se verificar por facto imputável à empresa, será esta responsável pelo pagamento da taxa referida no n.º 3.

5 — Os encargos com a aquisição, bem como a requisição de livretes, serão suportados pela empresa.

### ANEXO III

**Tabela de remunerações mínimas para os trabalhadores dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo**

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações mínimas
20	Professor profissionalizado de grau superior com vinte anos de bom e efectivo serviço ..... Adjunto de grau superior com vinte anos de bom e efectivo serviço ...	77 000\$00 3 500\$00 h/s
19	Professor profissionalizado de grau superior com quinze anos de bom e efectivo serviço ..... Adjunto de grau superior com quinze anos de bom e efectivo serviço	72 600\$00 3 300\$00 h/s
18	Professor profissionalizado de grau superior com dez anos de bom e efectivo serviço .....	68 200\$00 3 100\$00 h/s
17	Professor profissionalizado de grau superior com cinco anos de bom e efectivo serviço ..... Professor não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e dez anos ou mais de bom e efectivo serviço ..... Professor do ensino especial com especialização e dez anos ou mais de bom e efectivo serviço ..... Psicólogo com dez anos ou mais de bom e efectivo serviço .....	63 800\$00 2 900\$00 h/s
16	Professor profissionalizado de grau superior ..... Psicólogo com cinco ou mais anos de bom e efectivo serviço ..... Professor do ensino primário com magistério e vinte anos de bom e efectivo serviço ..... Educador de infância com curso e estágio e vinte anos de bom e efectivo serviço .....	59 400\$00 2 700\$00 h/s

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações mínimas
15	Psicólogo ..... Técnico de serviço social com dez anos ou mais de bom e efectivo serviço ..... Professor do ensino especial com especialização com cinco anos de bom e efectivo serviço ..... Professor não profissionalizado com habilitação própria de grau superior com cinco anos de bom e efectivo serviço ..... Professor profissionalizado sem grau superior com dez anos ou mais de bom e efectivo serviço ..... Professor do ensino primário com magistério e quinze anos de bom e efectivo serviço ..... Educador de infância com curso e estágio e com quinze anos de bom e efectivo serviço ..... Chefe de escritório, departamento, divisão e serviço ..... Terapeuta com curso e estágio e dez ou mais anos de bom e efectivo serviço .....	56 100\$00 2 550\$00 h/s
14	Técnico de serviço social com cinco anos de bom e efectivo serviço .... Terapeuta com curso e estágio e cinco anos de bom e efectivo serviço ..... Professor do ensino especial com especialização ..... Professor não profissionalizado com habilitação própria de grau superior ..... Professor profissionalizado sem grau superior com cinco anos de bom e efectivo serviço ..... Professor do ensino primário com magistério e dez anos de bom e efectivo serviço ..... Educador de infância com curso e estágio e dez anos de bom e efectivo serviço ..... Professor não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e com dez anos ou mais de bom e efectivo serviço ..... Contabilista ..... Tesoureiro .....	53 900\$00 2 450\$00 h/s
13	Técnico de serviço social ..... Terapeuta com curso e estágio .... Professor do ensino primário com magistério e cinco anos de bom e efectivo serviço ..... Educador de infância com curso e estágio e cinco anos de bom e efectivo serviço ..... Professor de cursos extracurriculares com dez ou mais anos de bom e efectivo serviço ..... Professor não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior com cinco anos de bom e efectivo serviço ..... Restantes professores do ensino preparatório e secundário com dez ou mais anos de bom e efectivo serviço ..... Chefe de secção ..... Documentalista ..... Guarda-livros .....	48 400\$00 2 200\$00 h/s
12	Professor do ensino primário com magistério ..... Educador de infância com curso e estágio .....	44 000\$00 2 000\$00 h/s

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações mínimas
12	Professor do ensino especial sem especialização ..... Professor não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior ..... Professor de cursos extracurriculares com cinco anos de bom e efectivo serviço ..... Restantes professores do ensino preparatório e secundário com cinco anos de bom e efectivo serviço .....	44 000\$00 2 000\$00 h/s
11	Professor de cursos extracurriculares Restantes professores do ensino preparatório e secundário ..... Professor do ensino primário sem magistério, com diploma, curso complementar e cinco anos ou mais de bom e efectivo serviço Educador de infância sem curso, com diploma, curso complementar e cinco anos ou mais de bom e efectivo serviço ..... Subchefe de secção ou escriturário principal ..... Correspondente em línguas estrangeiras ..... Secretário de direcção ..... Enfermeiro ..... Instrutor de Educação Física ou diplomado pelas ex-escolas de educação física .....	40 700\$00 1 850\$00 h/s
10	Professor do ensino primário sem magistério, com diploma e curso complementar ..... Educador de infância sem curso, curso complementar e com diploma ..... Primeiro-escriurário ..... Caixa ..... Operador de máquinas de contabilidade ..... Operador mecanográfico ..... Encarregado de refeitório ..... Cozinheiro-chefe ..... Oficial electricista ..... Operador de máquinas auxiliares de 1.ª .....	39 500\$00
9	Motorista de pesados e ligeiros ... Pedreiro ..... Carpinteiro ..... Pintor ..... Restantes professores do ensino primário com diploma e cinco ou mais anos de bom e efectivo serviço ..... Restantes educadores de infância com diploma e cinco ou mais anos de bom e efectivo .....	38 000\$00
8	Restantes professores do ensino primário com diploma ..... Restantes educadores de infância com diploma ..... Segundo-escriurário ..... Esteno-dactilógrafo ..... Perfurador-verificador de 1.ª ..... Operador mecanográfico estagiário ..... Operador de máquinas auxiliares de 2.ª .....	36 000\$00
7	Auxiliar de educação ..... Prefeito .....	34 500\$00

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações mínimas
6	Professor do ensino primário com diploma para povoações rurais (regente) ..... Professor autorizado para o ensino primário ..... Educador de infância autorizado.... Terceiro-escriurário ..... Perfurador-verificador de 2.ª ..... Operador de máquinas auxiliares estagiário ..... Telefonista ..... Cozinheiro ..... Dispenseiro ..... Empregado de mesa ..... Encarregado de rouparia ..... Cobrador ..... Vigilante com dez ou mais anos de bom e efectivo serviço .....	34 000\$00
5	Vigilante com cinco anos de bom e efectivo serviço .....	32 000\$00
4	Ajudante de cozinheiro ..... Estagiário do 2.º ano ..... Dactilógrafo do 2.º ano ..... Recepcionista ..... Vigilante ..... Porteiro ..... Guarda ..... Jardineiro ..... Engomadeira ..... Lavadeira ..... Costureira ..... Empregado de balcão ..... Empregado de refeitório ..... Contínuo .....	31 000\$00
3	Estagiário do 1.º ano ..... Dactilógrafo do 1.º ano ..... Contínuo menor de 21 anos ..... Empregado de camarata ..... Empregado de limpeza .....	28 000\$00
2	Paquete de 16 ou 17 anos .....	19 500\$00
1	Paquete de 14 ou 15 anos .....	17 500\$00

A hora semanal respeita apenas aos professores do ensino preparatório e secundário.

Lisboa, 11 de Agosto de 1986.

Pela Associação de Representantes dos Estabelecimentos de Ensino Particular — AEEP:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo SINAP — Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Particular e Cooperativo:

Carlos Avelino.

Pelo SETAA — Sindicato dos Empregados, Técnicos e Assalariados Agrícolas:

Carlos Avelino.

Pelo SINDITE — Sindicato Democrático dos Trabalhadores de Diagnóstico e Terapêutica:

Carlos Avelino.

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços;  
STEDIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Setúbal;  
SITEMAQ — Sindicato dos Figueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante;  
STECA — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;  
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria:

(Assinatura ilegível.)

Depositado em 10 de Setembro de 1986, a fl. 125 do livro n.º 4, com o n.º 337/86, nos termos do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

## CCT entre a Assoc. dos Industriais de Cordoaria e Redes e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial

### CAPÍTULO I

#### Área, âmbito e vigência

#### Cláusula 2.ª

##### (Vigência)

1 — (Mantém-se.)

2 — A presente revisão entra em vigor nos termos legais e vigorará por um período de doze meses contados a partir da data da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

3 — A presente revisão poderá ser denunciada, por qualquer das partes outorgantes, logo que sejam completados dez meses de vigência.

4 — As matérias ora revistas produzirão efeitos, independentemente da publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, a partir de Julho de 1986 (inclusive).

### ANEXO II

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações
I	Director de serviços ..... Chefe de escritório ..... Secretário-geral .....	55 700\$00
II	Chefe de departamento ..... Chefe de divisão ..... Chefe de serviços ..... Contabilista/técnico de contas ..... Analista de sistemas .....	51 800\$00
III	Chefe de secção ..... Programador ..... Tesoureiro ..... Guarda-livros .....	47 600\$00
IV	Secretário de direcção ..... Correspondente em língua estrangeira .. Programador mecanográfico .....	44 150\$00

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações
V	Primeiro-escriturário ..... Caixa ..... Operador mecanográfico ..... Esteno-dactilógrafo em língua estrangeira .....	42 150\$00
VI	Segundo-escriturário ..... Operador de máquinas de contabilidade ..... Perfurador-verificador ..... Cobrador .....	39 650\$00
VII	Terceiro-escriturário ..... Recepcionista ..... Telefonista .....	34 900\$00
VIII	Estagiário do 3.º ano .....	28 650\$00
IX	Estagiário do 2.º ano ..... Contínuo .....	26 200\$00
X	Estagiário do 1.º ano ..... Servente de limpeza .....	23 750\$00
XI	Paquete de 16/17 anos .....	17 500\$00
XII	Paquete de 14/15 anos .....	14 100\$00

**Disposição geral.** — Mantém-se em vigor todas as disposições contratuais publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 1, de 8 de Janeiro de 1978, bem como as alterações que entretanto lhe foram introduzidas.

Porto, 29 de Julho de 1986.

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Cordoaria e Redes:

João Paulo Brochado.

## Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços, Centro-Norte (SINDCES/Centro-Norte);  
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Braga;  
SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;  
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio e Serviços do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membros do secretariado desta Federação, autenticado com o selo branco em uso.

Porto e sede da FESINTES, 6 de Agosto de 1986. —  
Pelo Secretariado, (*Assinatura ilegível.*)

Depositado em 10 de Setembro de 1986, a fl. 125 do livro n.º 4, com o n.º 336/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

## CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Carnes e outra e a Feder. dos Sind. das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros — Alteração salarial

O CCT para a indústria de carnes, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 42, de 15 de Novembro de 1978, e última alteração publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 35, de 22 de Setembro de 1985, é revisto da forma seguinte:

### Cláusula 2.ª

#### (Vigência)

2 — A tabela salarial vigorará por um período efectivo de doze meses, produzindo efeitos a partir de 1 de Julho de 1986.

### ANEXO II

#### Tabela salarial

Grupo	Categoria profissional	Remuneração
I	Chefe de serviços administrativos ..... Chefe de escritório ..... Técnico salsicheiro .....	53 200\$00
II	Analista de sistemas ..... Chefe de contabilidade ..... Chefe de serviços/departamento/divisão .....	50 750\$00
III	Chefe de secção de escritório ..... Chefe de vendas ..... Guarda-livros ..... Programador .....	44 500\$00

Grupo	Categoria profissional	Remuneração
IV	Correspondente em línguas estrangeiras ..... Encarregado de construção civil ..... Encarregado electricista ..... Encarregado de fogueiro ..... Encarregado-geral de armazém ..... Encarregado metalúrgico ..... Operador de computador com mais de três anos ..... Operador mecanográfico com mais de dois anos ..... Secretário de direcção/administração ..... Escriturário principal .....	40 450\$00
V	Chefe de equipa electricista ..... Chefe de equipa metalúrgica ..... Inspector de vendas .....	38 750\$00
VI	Afinador de máquinas de 1.ª ..... Bate-chapa de 1.ª ..... Caixa de escritório ..... Caixeiro-encarregado ou chefe de secção ..... Canalizador (picheiro) de 1.ª ..... Encarregado de armazém ..... Encarregado de salsicheiro ..... Ferreiro ou forjador de 1.ª ..... Foguetiro de 1.ª ..... Funileiro (latoeiro) de 1.ª ..... Mecânico de automóveis de 1.ª ..... Motorista de pesados ..... Oficial electricista com mais de três anos ..... Operador de computador com menos de três anos ..... Operador de máquinas de contabilidade com mais de três anos ..... Operador mecanográfico com menos de três anos ..... Perfurador-verificador mecanográfico com mais de três anos ..... Pintor de automóveis ou máquinas de 1.ª ..... Primeiro-escriturário ..... Serralheiro civil de 1.ª ..... Serralheiro mecânico de 1.ª ..... Soldador por electroarco ou oxi-acetileno de 1.ª ..... Torneiro mecânico de 1.ª .....	38 050\$00



Grupo	Categoria profissional	Remuneração
VII	Afinador de máquinas de 2. <sup>a</sup> .....	34 800\$00
	Bate-chapa de 2. <sup>a</sup> .....	
	Canalizador (picheiro) de 2. <sup>a</sup> .....	
	Caixeiro de 1. <sup>a</sup> .....	
	Carpinteiro de 1. <sup>a</sup> (construção civil) ...	
	Cobrador .....	
	Controlador ou apontador fabril .....	
	Cortador mecânico ou guilhotineiro de 1. <sup>a</sup>	
	Desmanchador-salsicheiro .....	
	Cravador de 1. <sup>a</sup> .....	
	Ferreiro ou forjador de 2. <sup>a</sup> .....	
	Fiel de armazém .....	
	Fogueiro de 2. <sup>a</sup> .....	
	Funileiro (latoeiro) de 2. <sup>a</sup> .....	
	Magarefe .....	
	Maquinista de força motriz .....	
	Mecânico de automóveis de 2. <sup>a</sup> .....	
	Motorista de ligeiros .....	
	Operador de máquinas de balancé de 1. <sup>a</sup>	
	Operador de máquinas de contabilidade com menos de três anos.	
	Operador de máquinas de latoaria e vazio de 1. <sup>a</sup>	
	Operador mecanográfico estagiário....	
	Operador de quinadeira ou viradeira de 1. <sup>a</sup>	
	Perfurador-verificador mecanográfico com menos de três anos.	
	Pedreiro de 1. <sup>a</sup> .....	
	Pintor de 1. <sup>a</sup> (construção civil) .....	
	Pintor de automóveis ou máquinas de 2. <sup>a</sup>	
	Promotor e prospector de vendas .....	
	Segundo-escriturário .....	
	Serralheiro civil de 2. <sup>a</sup> .....	
	Serralheiro mecânico de 2. <sup>a</sup> .....	
	Soldador por electroarco ou a oxi-acetileno de 2. <sup>a</sup>	
	Soldador por pontos ou por costura...	
	Torneiro mecânico de 2. <sup>a</sup> .....	
	Vendedor .....	
VIII	Afinador de máquinas de 3. <sup>a</sup> .....	32 500\$00
	Ajudante de motorista-distribuidor....	
	Bate-chapa de 3. <sup>a</sup> .....	
	Caixeiro de 2. <sup>a</sup> .....	
	Canalizador (picheiro) de 3. <sup>a</sup> .....	
	Carpinteiro de 2. <sup>a</sup> .....	
	Cortador mecânico (guilhotineiro) de 2. <sup>a</sup>	
	Cravador de 2. <sup>a</sup> .....	
	Fogueiro de 3. <sup>a</sup> .....	
	Ferramenteiro .....	
	Ferreiro ou forjador de 3. <sup>a</sup> .....	
	Funileiro (latoeiro) de 3. <sup>a</sup> .....	
	Mecânico de automóveis de 3. <sup>a</sup> .....	
	Oficial electricista com menos de três anos.	
	Operador de máquinas de balancé de 2. <sup>a</sup>	
	Operador de máquinas de latoaria e vazio de 2. <sup>a</sup>	
	Operador estagiário de máquinas de contabilidade.	
	Operador de máquinas de cravar de 1. <sup>a</sup>	
	Operador de quinadeira ou viradeira de 2. <sup>a</sup>	
	Perfurador-verificador mecanográfico estagiário.	
	Pedreiro de 2. <sup>a</sup> .....	
	Pintor de 2. <sup>a</sup> .....	
	Pintor de automóveis ou máquinas de 3. <sup>a</sup>	
	Serralheiro civil de 3. <sup>a</sup> .....	
	Serralheiro mecânico de 3. <sup>a</sup> .....	
	Soldador por electroarco ou a oxi-acetileno de 3. <sup>a</sup>	
	Soldador por pontos ou por costura de 2. <sup>a</sup>	
	Telefonista .....	
	Terceiro-escriturário .....	
	Torneiro mecânico de 3. <sup>a</sup> .....	

Grupo	Categoria profissional	Remuneração	
IX	Caixa de balcão .....	29 000\$00	
	Caixeiro de 3. <sup>a</sup> .....		
	Contínuo, porteiro e guarda .....		
	Distribuidor .....		
	Lubrificador .....		
	Operador de máquinas de cravar de 2. <sup>a</sup>		
	Praticante de desmanchador-salsicheiro ou de magarefe do 3. <sup>o</sup> ano.		
X	1	Abastecedor de carburantes .....	26 800\$00
	Lavador .....		
	Salsicheiro .....		
	2	Estagiário de dactilógrafo do 2. <sup>o</sup> ano...	26 550\$00
		Praticante metalúrgico do 2. <sup>o</sup> ano, com aprendizagem.	
		Praticante de desmanchador-salsicheiro ou de magarefe do 2. <sup>o</sup> ano.	
		Pré-oficial electricista do 2. <sup>o</sup> ano .....	
		Servente de armazém .....	
		Servente de construção civil .....	
		Servente de viatura de carga .....	
Trabalhador de limpeza .....			
XI	Praticante de desmanchador-salsicheiro ou de magarefe do 1. <sup>o</sup> ano.	25 350\$00	
	Praticante de salsicheiro do 3. <sup>o</sup> ano ...		
XII	Aprendiz de desmanchador-salsicheiro ou de magarefe.	22 450\$00	
	Caixeiro-ajudante do 2. <sup>o</sup> ano .....		
	Chegador do 2. <sup>o</sup> ano .....		
	Estagiário ou dactilógrafo do 1. <sup>o</sup> ano		
	Praticante de metalúrgico do 2. <sup>o</sup> ano, sem aprendizagem.		
	Praticante de metalúrgico do 1. <sup>o</sup> ano, com aprendizagem.		
	Praticante de salsicheiro do 2. <sup>o</sup> ano ...		
Pré-oficial electricista do 1. <sup>o</sup> ano .....			
XIII	Ajudante de electricista .....	20 650\$00	
	Chegador do 1. <sup>o</sup> ano .....		
	Caixeiro-ajudante do 1. <sup>o</sup> ano .....		
	Praticante de metalúrgico do 1. <sup>o</sup> ano, sem aprendizagem.		
	Praticante de salsicheiro do 1. <sup>o</sup> ano ...		
XIV	Aprendiz de metalúrgico do 3. <sup>o</sup> ano...	18 100\$00	
	Aprendiz de salsicheiro .....		
	Paquete de 17 anos .....		
	Praticante de caixeiro do 3. <sup>o</sup> ano .....		
XV	Aprendiz de electricista do 2. <sup>o</sup> ano ....	16 600\$00	
	Aprendiz de metalúrgico do 2. <sup>o</sup> ano ...		
	Paquete de 16 anos .....		
	Praticante de caixeiro do 2. <sup>o</sup> ano .....		
XVI	Aprendiz de electricista do 1. <sup>o</sup> ano ....	15 200\$00	
	Aprendiz de metalúrgico do 1. <sup>o</sup> ano ...		
	Paquete de 15 anos .....		
	Praticante de caixeiro do 1. <sup>o</sup> ano .....		

Pela AFABRICAR — Associação dos Fabricantes de Produtos Cárneos:

*César d'Araújo.*

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos:

*(Assinatura ilegível.)*

Pelo Sindicato do Norte dos Trabalhadores em Carnes:

*Agostinha Almeida.*

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes do Sul:

*Agostinha Almeida.*

Pelo Sindicato dos Técnicos de Vendas:

*(Assinatura ilegível.)*

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela FETESE — Federação do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal:

*(Assinatura ilegível.)*

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas:

*(Assinatura ilegível.)*

Pelo SITEMAQ — Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante:

*(Assinatura ilegível.)*

### Declaração

Para efeitos de assinatura do texto de revisão do CCT para a indústria de carnes, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 35, de 22 de Setembro de 1985, a FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, declara que representa o seguinte sindicato:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Conservas do Centro, Sul e Ilhas.

Lisboa, 22 de Agosto de 1986. — Pelo Conselho Nacional, *(Assinatura ilegível.)*

### Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si e em representação dos Sindicatos seus filiados:

SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços;

STESDIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços dos Distritos de Setúbal;

SITEMAQ — Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante;

STECA — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;

SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;

e ainda das associações sindicais:

STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas.

Lisboa, 31 de Julho de 1986. — Pelo Secretariado, *(Assinaturas ilegíveis.)*

### Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços, Centro-Norte (SINDCES/Centro-Norte);

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Braga;

SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio e Serviços do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e sede da FESINTES, 4 de Agosto de 1986. — Pelo Secretariado, *(Assinatura ilegível.)*

### Declaração

Para todos os efeitos se declara que os sindicatos filiados na Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços são os seguintes:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;  
 Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito da Horta;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;  
 Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares;  
 Sindicato dos Empregados de Escritório e Vendas de Ponta Delgada;  
 Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Lisboa, 31 de Agosto de 1986. — Pelo Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

#### Declaração

A Fedração dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;  
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;  
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;  
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;  
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Guarda;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;  
 Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;  
 Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região da Madeira;  
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, (*Assinatura ilegível.*)

#### Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo;

Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;  
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;  
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Castelos Branco;  
 Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra;  
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Faro;  
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Leiria;  
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa;  
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro;  
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Santarém;  
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Setúbal;  
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;  
 Sindicato dos Operários da Construção Civil, Marmoristas e Montantes de Viana do Castelo;  
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore, Pedreiras e Cerâmica dos Distritos de Viseu e Guarda;  
 Sindicato dos Operários das Indústrias de Madeiras de Viana do Castelo;  
 Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Angra do Heroísmo;  
 Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;  
 Sindicato da Construção Civil do Distrito da Horta;  
 Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Ponta Delgada.

Lisboa, 4 de Agosto de 1986. — Pelo Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

#### Declaração

Para os devidos efeitos declaramos que esta Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal representa as seguintes organizações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro;  
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Braga;  
 Sindicato dos Metalúrgicos de Castelo Branco;  
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Coimbra;  
 Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos do Funchal;  
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Leiria;  
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;  
Sindicato dos Trabalhadores da Metalurgia e Metalomecânica de Viana do Castelo;  
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;  
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Viseu;  
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul.

Lisboa, 21 de Julho de 1986. — Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

### **Declaração**

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte;  
Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

E por ser verdade vai esta declaração assinada.

Lisboa, 31 de Julho de 1986. — Pelo Executivo, (*Assinatura ilegível.*)

Depositado em 11 de Setembro de 1986, a fl. 125 do livro n.º 4, com o n.º 338/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto n.º 519-C1/79.